



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO**

Michelle Cristina de Souza Silva

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E PANDEMIA:

O potencial participativo nas Audiências Interativas do portal e-Democracia da Câmara dos Deputados durante a pandemia de Covid-19

Brasília

2023

Michelle Cristina de Souza Silva

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E PANDEMIA:

O potencial participativo nas Audiências Interativas do portal e-Democracia da Câmara dos Deputados durante a pandemia de COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Cristiane Brum Bernardes

Área de Concentração: Poder Legislativo

Linha de Pesquisa: Política Institucional do Poder Legislativo

Brasília

2023

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura:

Michelle C. de Souza Silva

Data: 5/2/2024

Silva, Michelle Cristina de Souza.

Participação política e pandemia [manuscrito] : o potencial participativo nas audiências interativas do portal e-Democracia da Câmara dos Deputados durante a pandemia de COVID-19 / Michelle Cristina de Souza Silva. -- 2023.
99 f.

Orientadora: Cristiane Brum Bernardes.

Impresso por computador.

Dissertação (mestrado profissional) – Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2023.

1. Democracia participativa, Brasil. 2. Poder legislativo, Brasil. 3. Participação política, tecnologia, Brasil. 4. Audiência pública, Brasil. 5. COVID-19. I. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. II. Título.

CDU 321.7:004(81)

Gláucia Maria Marques Lopes – CRB: 978



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Poder Legislativo

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título do trabalho de conclusão: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E PANDEMIA: O potencial participativo nas Audiências Interativas do portal e-Democracia da Câmara dos Deputados durante a pandemia de Covid-19

Autora: **Michelle Cristina de Souza Silva**

Área de concentração: Poder Legislativo

Linha de pesquisa: Política Institucional do Poder Legislativo

Trabalho de conclusão de curso submetido à Comissão Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Poder Legislativo.

Trabalho aprovado em 11 de dezembro de 2023.

Prof.^a Dr.^a Cristiane Brum Bernardes
Programa de Pós-Graduação/Câmara dos Deputados

Prof. Dr. Cristiano Ferri Soares de Faria
Programa de Pós-Graduação/Câmara dos Deputados

gov.br

Documento assinado digitalmente
ISABELE BATISTA MITOZO
Data: 15/12/2023 11:54:10-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Isabele Batista Mitozo
Universidade Federal de Minas Gerais

Dedico esse trabalho a minhas meninas, por entenderem que somos mais que mães e pais, e a amigos que me ajudaram de formas inimagináveis ao auxiliar na construção do trabalho.

Agradecimentos

Meu especial agradecimentos a amigos, e excelentes profissionais, que me auxiliaram durante esse período, especialmente na coleta dos dados necessários à pesquisa.

A democratização das relações no escopo da sociedade civil é um processo indispensável para a construção de uma verdadeira democracia, sendo os espaços públicos um dos lugares centrais de participação da sociedade civil. Tais espaços, por sua vez, poderiam levar a uma ampliação da democracia, uma vez que contribuem para a realização de formas críticas de comunicação, ou para a problematização de temas antes excluídos. (PENNA, 2010)

RESUMO

Com o título “O potencial participativo nas Audiências Interativas do portal e-Democracia da Câmara dos Deputados durante a pandemia de Covid-19”, esta pesquisa investiga o impacto da pandemia na participação política dos indivíduos por meio da ferramenta Audiências Interativas do portal e-Democracia da Câmara dos Deputados. A definição do que é participação tem evoluído nos últimos anos, passando de estudos no plano teórico para análises e pesquisas de casos práticos de inovações participativas, com intuito de se compreender como acontece a participação política dos cidadãos no caso concreto, incluindo aqueles que estão no âmbito da democracia digital. Nesse contexto, o advento da pandemia de Covid-19 trouxe elementos com o potencial de influenciar na forma de participação política dos indivíduos, uma vez que ela incentivou o uso de meios digitais, nos quais estão muitas das inovações participativas que são objeto de estudo da democracia digital. A estratégia metodológica da pesquisa se baseou na extração e na análise dos dados quantitativos e qualitativos das audiências interativas realizadas no período da 56ª Legislatura, que constam do portal e-Democracia. A manutenção de ferramenta que permitiu a participação social durante a pandemia pela Câmara dos Deputados foi, por si só, um benefício, considerando-se que muitos parlamentos paralisaram suas atividades. Foram observadas diversas alterações nos dados, que indicam um comportamento participativo diferente dos cidadãos durante a pandemia, com aumento na quantidade de interações dos participantes, com acesso à ferramenta por um público diferente daquele que atuava antes da pandemia, além de indícios de que houve aumento do interesse por engajamento, tanto em termos quantitativos quanto no engajamento nos debates de temas das audiências.

Palavras-Chave: Poder Legislativo. Participação. Democracia Digital. Audiências Interativas. Portal e-Democracia. Câmara dos Deputados.

ABSTRACT

This research investigates the impact of the pandemic on individuals' political participation through the Interactive Audiences tool of the House of Representatives. The definition of participation has evolved in recent years, moving from theoretical studies to analyses and research on practical cases of participatory innovations, aiming to understand how citizens' political participation occurs in concrete cases. In this context, the advent of the Covid-19 pandemic introduced elements with the potential to influence the way individuals participate politically, as it encouraged the use of digital means, which host many of the participatory innovations that are the subject of digital democracy studies. The research's methodological strategy was based on the extraction and analysis of quantitative and qualitative data from interactive audiences held during the 56th Legislature, available on the e-Democracy portal. The maintenance of a tool by the House of Representatives that allowed social participation during the pandemic was, in itself, beneficial, considering that many parliaments halted their activities. Various changes were observed in the data, indicating a different participatory behavior from citizens during the pandemic, with an increase in the number of participant interactions, access to the tool by a different audience than the one active before the pandemic situation, and evidence of increased interest in engagement, both in quantitative terms and in engagement in the debates on hearing topics.

Keywords: Legislative Branch. Participation. Digital Democracy. Interactive Audiences. e-Democracy Portal. House of Representatives.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página de uma audiência da ferramenta Audiências Interativas.....	35
Figura 2 - Perfil @defendaolivro_.....	50
Figura 3 - Participantes nas audiências durante os três períodos.....	53
Figura 4 - Temas mais comentados pelos participantes antes da pandemia.....	63
Figura 5 - Temas mais comentados pelos participantes durante a pandemia.....	64
Figura 6 - Temas mais comentados pelos participantes pós-pandemia.....	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de audiências realizadas por comissões/órgãos.....	38
Gráfico 2 - Audiências realizadas e interações entre anos de 2011 e 2022.	45
Gráfico 3 – Comparação da média mensal dos dados gerais	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comissões mais atuantes por período	56
Tabela 2 - Temas em debate nas audiências	59
Tabela 3 - Temas com mais participação dos cidadãos por período	61
Tabela 4 - Quantidade de audiências sem interações (mensagens e perguntas)	66
Tabela 5 - Quantidade de audiências com mensagens apenas de comissões/órgãos	67
Tabela 6 - Quem postou mensagens nas audiências	67
Tabela 7 - Análise qualitativa das mensagens.....	70
Tabela 8 - Natureza das mensagens postadas nas audiências	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caderno de códigos.....	41
------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

CCTCI - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

CDC - Comissão de Defesa do Consumidor

CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias

CEDES - Centro de Estudos e Debates Estratégicos

CEXCORVI - Comissão Externa de Ações Contra o Coronavírus

CE - Comissão de Educação

CEDES - Centro de Estudos e Debates Estratégicos

CESPO - Comissão do Esporte

CETIC.br - Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação

CF - Constituição Federal

CFFC - Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CINDRA - Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e Amazônia

CLP - Comissão de Legislação Participativa

CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

CORIP - Coordenação de Relacionamento, Inteligência e Participação da Câmara dos Deputados

CPD - Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência

CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família

CTASP - Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

CVT - Comissão de Viação e Transportes

DIREX - Diretoria Executiva de Comunicação e Mídias Digitais da Câmara dos Deputados

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

RICD - Regimento Interno da Câmara dos Deputados

SEMULHER - Secretaria da Mulher

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, DEMOCRACIA DIGITAL E PANDEMIA	20
2.1 AS PROMESSAS DA DEMOCRACIA DIGITAL PARA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	24
2.2 CONTEXTO POLÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19	28
2.3 CONTEXTO POLÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	30
3 AUDIÊNCIAS INTERATIVAS DO PORTAL E-DEMOCRACIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	34
3.1 DAS COMISSÕES	36
3.2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	39
4 RESULTADOS DO USO DAS AUDIÊNCIAS INTERATIVAS	45
4.1 DADOS GERAIS	45
4.2 PARTICIPANTES	52
4.3 TEMAS MAIS COMENTADOS PELOS PARTICIPANTES	54
4.4 NATUREZA DAS INTERAÇÕES	65
5 CONCLUSÃO	72
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICES	80
APÊNDICE A – Dados Gerais	80
APÊNDICE B – Quantidade de audiências interativas realizadas por período	81
ANEXOS	86

1 INTRODUÇÃO

O termo democracia possui diferentes abrangências e sua conceituação abarca elementos, que variam a depender do contexto em que se insere, resultando em variações dos elementos que o caracterizam. Quanto aos elementos que devem compor uma democracia moderna, a participação atualmente é defendida como essencial ao regime democrático. Eventuais dificuldades ou empecilhos à participação contínua e ativa do cidadão (que vai além do momento do voto) são pontuadas, por motivos como dimensões territoriais, complexidade das sociedades atuais, entraves na vida pública atual (Marques, 2008, 2014; Hindman, 2009; Freitas; Lima; Lima, 2015; Faria, 2012; Gomes, 2018); no entanto, ela é defendida como necessária, seja para permitir a aproximação ou a conexão entre representantes e representados seja para possibilitar a intervenção direta do cidadão nas decisões políticas.

Com a consolidação da participação como elemento democrático, as inovações tecnológicas e a *internet* possibilitaram o surgimento de novas formas de interações entre sociedade e governo, caracterizando a origem da democracia digital. Esse fenômeno remonta à década de 70 e é marcado, entre outros, por especulações sobre os impactos das relações estabelecidas por meio dessas novas tecnologias na democracia. Nos últimos anos, a democracia digital evoluiu significativamente, a exemplo da possibilidade de uso da *internet* em qualquer lugar ou da criação de novas ferramentas como as redes sociais (Gomes, 2018), e tem possibilitado o aperfeiçoamento de formas antigas de relações entre indivíduos e governo e o surgimento de formas diversas de interação entre eles.

Com esses avanços tecnológicos, passa-se a especular sobre as possibilidades de participação política plena do cidadão, sobre os possíveis benefícios que essa ela pode trazer para as relações entre governantes e governados. Uma das razões dessa expectativa reside no fato de que a *internet* tende a ser um meio mais barato (se comparado com o custo necessário para uma participação presencial) e com maior alcance (sem se adentrar aqui nas barreiras de acesso ao mundo digital, sejam elas físicas, como ter estrutura para acessar, sejam elas estruturais, a exemplo da lógica de algoritmos). Em meio a inúmeras elucubrações sobre os impactos da democracia digital, novas formas de participação têm surgido, dando àqueles interessados outros meios para atuar nos espaços públicos decisórios. Conforme ressaltado por Ribeiro, Borba e Hansen (2016), novas tecnologias facilitaram a produção de conteúdo e permitiram a comunicação direta entre cidadãos e governo, e esse é um dos fatores pelo qual,

nos últimos anos, pesquisadores se voltaram para análise das experiências de democracia digital, o que se constata pelo número crescente de pesquisas empíricas no Brasil (Silva, 2021).

Independentemente da confiança em eventuais potenciais da democracia digital ou de possíveis barreiras de acesso e uso da *internet*, as iniciativas em democracia digital existem e sua criação tem sido estimulada (Freitas; Lima; Lima, 2015), a exemplo do incentivo à participação social ocorrido na Câmara dos Deputados, iniciada com a própria criação do portal e-Democracia em 2009, ao propiciar uma abertura à participação direta dos cidadãos de modo *online* (Faria, 2012), e reforçada em 2011 com a sistematização de meios de participação popular na Câmara dos Deputados (Barros; Bernardes; Rodrigues, 2015). Uma das consequências dessa multiplicidade de iniciativas é a segregação, para fins de estudo, do tema democracia digital em vários subtemas como e-transparência, parlamento digital e participação, que tem recebido especial destaque, sendo o ramo mais recorrente em pesquisas, conforme apontado por Gomes (2018) e Silva (2021).

No fim de 2019, enquanto ainda se estudavam os efeitos práticos da democracia digital nas relações entre governantes e cidadãos, teve início a pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus (SARS-CoV2), que trouxe impactos na realidade social dos cidadãos, forçando a migração de inúmeras atividades cotidianas para o mundo digital. Como consequência, cidadãos viram atividades rotineiras (ou parte delas), como teletrabalho ou telemedicina, serem intensificadas ou terem sua execução iniciada pela *internet*, o ambiente natural da democracia digital. Assim como as outras mudanças no cenário da democracia digital, essa repentina obrigação de uso do mundo digital também impactou a forma de os indivíduos se relacionarem com o governo, incluindo a relação com o parlamento, que passou por um processo de digitalização (Mitozo, 2020).

Essa nova dinâmica surgida com o advento da pandemia e o momento atual de estudos sobre participação política que buscam conectar práticas participativas às categorias teóricas de participação existentes são o fundo do interesse da presente pesquisa: uma vez configurada uma nova realidade digital durante a pandemia, como ficou a participação política do indivíduo no parlamento? Naturalmente, uma pesquisa desse porte pode levar anos, até porque a pandemia ainda produz efeitos. No entanto, a investigação de ferramentas específicas de democracia digital nos parlamentos pode trazer alguma luz sobre o tema. Dessa forma, a pergunta de pesquisa do presente trabalho é: como a participação política dos indivíduos na ferramenta Audiências Interativas da Câmara dos Deputados foi afetada pela pandemia? Entender a forma

como os cidadãos atuaram nas ferramentas *online* voltadas para participação política durante a pandemia, que tipo de participação aconteceu na prática, é importante para se averiguar o impacto desse novo cenário nas dinâmicas de atuação do indivíduo, na interação entre eles e governantes, e eventualmente na própria forma de se concretizar a democracia.

A ferramenta Audiências Interativas era disponibilizada no portal e-Democracia pela Câmara dos Deputados e permitia a participação dos indivíduos nos temas objeto das audiências (as primeiras notícias extraoficiais de descontinuidade datam de setembro de 2022, o que coincide com a diminuição drástica do uso da ferramenta a partir de agosto do mesmo ano; no entanto, a notícia oficial na página surgiu apenas em meados de 2023¹). Ela possibilita o acompanhamento ao vivo de audiências realizadas pelas comissões, permitindo a manifestação do indivíduo por meio de mensagens e perguntas. Durante a pandemia, a Câmara dos Deputados passou por adaptações para manutenção de suas atividades, e as Audiências Interativas, que já estavam em pleno funcionamento antes, permaneceram em funcionamento durante todo esse período. Na verdade, ela foi o único meio disponível para realização de audiências públicas, uma vez que foram suspensas as atividades presenciais nas dependências da Câmara dos Deputados. As características das Audiências Interativas e seu funcionamento antes e durante a pandemia permitem a análise de dados de participação em ambos os períodos, o que possibilita a consolidação dos dados necessários para o presente estudo. Para consecução do objetivo do trabalho, será feita a análise dos dados quantitativos da ferramenta, bem como a análise de conteúdo das mensagens postadas pelos participantes.

A simples manutenção de ferramenta que permitiu a participação social pela Câmara dos Deputados durante a pandemia foi, por si só, um benefício, considerando-se que nem mesmo a deliberação foi possível durante a pandemia para muitos parlamentos nacionais e internacionais (Mitozo, 2020). Em análise mais pormenorizada dos dados de participação na ferramenta, ainda foi possível observar que houve diversas alterações nos dados, que indicam um comportamento diferente dos cidadãos durante a pandemia, com aumento na quantidade de interações dos participantes, com acesso à ferramenta por um público diferente daquele que atuava antes da pandemia. Quanto ao conteúdo, os resultados indicam que as comissões/órgãos atuaram primordialmente para informar procedimentos e dinâmicas das comissões, para

¹ No curso da presente pesquisa, o portal e-Democracia foi descontinuado. Na página, atualmente, consta informação de que ele será reestruturado, “para atualização dos sistemas e ampliação da capacidade de acessos simultâneos”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/participe/portal-e-democracia-sera-reestruturado>. Acesso em: 7 jun. 2023.

resolver demandas operacionais, ou para dar boas-vindas aos participantes. Por outro lado, no que diz respeito aos demais participantes, eles atuaram de forma ativa, manifestando-se preponderantemente sobre os temas em debate nas audiências nos três períodos da pesquisa, em vez de conversas cotidianas ou procedimentais, sendo que, durante a pandemia, o teor de manifestações sobre o assunto em debate foi proporcionalmente superior que aos dois outros períodos, fato que, aliado aos demais dados, indicam aumento do interesse por engajamento dos participantes.

Seria precipitado afirmar que essas alterações observadas nas audiências interativas durante a pandemia trarão impactos no padrão participativo dos cidadãos após esse período. No entanto, observar que a forma de atuação dos participantes teve mudanças nesse contexto pode dar indícios de condições que possibilitem o incentivo à participação política da sociedade, com o consequente aprimoramento da democracia digital.

Para fins de estruturação do trabalho, o capítulo dois se dedica a uma breve explanação sobre participação e democracia digital, bem como sobre os aspectos gerais da pandemia. O capítulo três traz uma explicação sobre a ferramenta “Audiências Interativas”, o papel das comissões e a estratégia utilizada para a pesquisa. O quarto capítulo apresenta a análise dos dados coletados e resultados obtidos.

2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, DEMOCRACIA DIGITAL E PANDEMIA

A democracia, como regime de governo, tem sido adotada por muitos países no mundo, com conceituação e características diferentes em cada parte. Desde sua concepção, teorias divergem sobre qual seria o modelo ideal de democracia e quais elementos devem compor uma estrutura democrática de governo para que ela seja legítima e efetiva, a exemplo dos modelos democráticos republicano e liberal (Habermas, 1995), participativo (Pateman, 1992) ou deliberativo (Habermas, 2020).

Entre esses elementos, os estudos sobre democracia abordam o tema da participação política, em menor ou maior escala. O termo, contudo, assim como outros conceitos em ciências sociais, não possui um significado único e fechado, o que gera inúmeras interpretações sobre como a participação deve ser ou quais requisitos ela deve possuir para que haja um sistema democrático viável. Para se ter uma ideia dessa vastidão conceitual, Sani (1998) explicita diferentes significados de participação política, que variam desde o ato de votar até a contribuição direta do indivíduo nos rumos de uma decisão política, e essa multiplicidade naturalmente acarreta inúmeras interpretações sobre o termo.

No campo político, apesar de já ser objeto de debate e de estudos há tempos, o termo participação política ganhou popularidade por volta de 1960, como resultado da busca por efetivação de direitos por inúmeros grupos sociais e do surgimento de novos meios de participação (Pateman, 1992). Pateman, antes de se debruçar sobre casos concretos de participação e, para a finalidade a qual se propôs, analisou teorias sobre participação, dividindo-as em duas perspectivas².

Na primeira perspectiva, que Pateman chama de teoria contemporânea da democracia, estão as ideias de autores para os quais a participação dos indivíduos é vista como perigosa, devendo ela ser reduzida ao momento de escolha dos governantes, sendo sua inatividade até mesmo desejada como forma de estabilidade do sistema democrático³. Na segunda

² Vale ressaltar que a autora, ao fazer a essa divisão, respeita as demais diferenças de pensamento entre os autores que ela utiliza em seus estudos, a exemplo da defesa de democracia direta por Rousseau (1968 apud PATEMAN, 1992) ou do governo representativo por Mill (1910 apud PATEMAN, 1992).

³ Entre os autores colocados nesse grupo por Pateman (1992), estão Schumpeter (1943), Dahl, (1965) e Berelson (1954) (apud PATEMAN, 1992, p. 25).

perspectiva⁴, a teoria clássica da democracia, a autora ressalta teorias para quais a participação possui um papel de destaque, mais abrangente, por possibilitar, entre outras razões, a integração entre instituições e indivíduos, que não podem ser pensados de forma separada, facilitando a "aceitação de decisões coletivas". Em suas conclusões, ao formular sua teoria participativa da democracia, Pateman defende que se deve estimular a participação da sociedade em processos decisórios, ainda que de forma parcial (aquela que não possui poder de decisão, mas pode influenciá-la), como forma de promoção de uma sociedade participativa, capacitando o indivíduo para inúmeras oportunidades de atuação política.

A participação passa a ser analisada por outras perspectivas teóricas, vislumbrando-se práticas participativas para além daqueles momentos pré-determinados e limitados de escolha de representantes. A relevância do tema pode ser percebida pela dedicação de diversos autores ao seu estudo, especialmente no que diz respeito ao seu impacto no sistema democrático. Urbinati (2006, p. 208) ressalta que, em uma teoria democrática, “o povo soberano conserva um poder negativo que lhe permite investigar, julgar, influenciar e reprovar seus legisladores”. Para a autora, a participação é vista como uma forma de conformar o interesse social ao papel dos representantes, permitindo que os indivíduos tenham certa ingerência nas decisões públicas em momentos além do voto, podendo ser expressa por canais de participação autorizada ou por mecanismos indiretos. Por sua vez, Pitkin (2006) destaca a participação política do representado como elemento importante de reciprocidade entre representantes e representados, exigindo-se, para essa equivalência, a discussão e o enfrentamento da institucionalização dessa relação entre eles.

O tema também ocupa posição de destaque em outras vertentes teóricas, a exemplo da democracia deliberativa. Para seus defensores, no campo participativo está a deliberação, que tem papel primordial como legitimadora da democracia, pois ela permite a busca de consenso entre sujeitos racionais a ser obtido em um espaço para discussão sobre política, seja de um ponto de vista substancial seja procedimental. Assim, para que essa deliberação aconteça, a participação é alçada a um papel relevante, porque ela é um dos mecanismos necessários à troca de ideias e à busca de consensos fundamentais ao processo deliberativo (Pereira, 2019; Vieira; Silva, 2013; Carvalho, 2021).

⁴ Nesse grupo, Pateman (1992) agrupa autores como Rousseau (1968), Mill (1910) e Cole (1920) (apud PATEMAN, 1992, p. 61)

O termo participação se estabeleceu como um "conceito chave para a noção de democracia", sendo reconhecido como um componente essencial para o fortalecimento do processo democrático (Penna, 2010). A consolidação dessa perspectiva teórica passou, além de estudos no campo teóricos, pelo surgimento e pela estabilização de inovações participativas, muitas das quais foram institucionalizadas, situação evidenciada especialmente a partir de 2000 (Lavalle; Vera, 2022). De acordo com Lavalle e Vera (2022, p. 267), a participação dos atores sociais se tornou gradualmente uma 'participação-em-instituições-participativas', com foco no desempenho de "funções de controle social e incidência sobre políticas", ocorrendo em instâncias entre sociedade e Estado, reconhecidas institucionalmente, como uma espécie de estrutura intermediária na qual organizações civis expressam interesses e demandas do grupo.

A noção de participação como elemento fundamental para a democracia e o surgimento de inovações no campo da participação têm motivado estudos e pesquisas que buscam conectar essas práticas participativas às categorias teóricas de participação existentes, a fim de tornar o tema mais preciso e alinhado à realidade (Penna, 2010; Lavalle; Vera, 2022). De forma a guiar eventuais estudos práticos, Lavalle e Vera (2022, p. 267) desenvolveram quatro categorias, denominadas "inflexões analíticas", com a finalidade de "problematizar e expandir teoricamente as possibilidades de participação". Essas categorias proporcionam a vantagem de minimizar ou superar a natureza aberta da participação predominante até então, ao agregar elementos que ocorrem na prática da participação, contribuindo para uma estrutura conceitual mais robusta e mais específica.

Entre as inflexões abordadas por Lavalle e Vera (2022, p. 268), a primeira merece destaque, porque é a esfera na qual se insere a presente pesquisa, cujo objetivo é averiguar o tipo de participação que acontece na prática de um determinado meio participativo. Denominada "participação como controle social ou democrático", seu foco está na análise do papel da participação nas inovações participativas institucionalizadas. Ela se concentra no entendimento da participação como forma de controle social ou de controle democrático, na qual os atores sociais atuam para influenciar nas ações dos atores do poder público⁵.

⁵ Para fins de clarificação, cabe citar as demais inflexões. A segunda inflexão apresentada é a "participação como pluralização da representação", abordagem na qual é possível fazer uma distinção entre representação política e governo representativo, admitindo-se outras formas de representação política que não a parlamentar; nessa perspectiva, participação e representação são tidas como experiências da ação política, e não como institutos opostos. A terceira inflexão é a "participação e a racionalidade propriamente política dos atores que promovem ou disputam", perspectiva que aborda as instituições políticas como meio de recrutamento e de reprodução política, superando-se o ideal de atores que atuam por compromissos genuínos, sem interesse na disputa partidária. Por fim, a quarta inflexão trata da "participação como componente das políticas e sua efetividade no desempenho delas",

A análise e a compreensão do fenômeno da participação nas inovações participativas permitem a averiguação do tipo de atuação dos cidadãos na prática, distanciando-se de um padrão estabelecido apenas em campo teórico, contribuindo para o entendimento das diversas formas de se efetivar a democracia. Eventual análise dessas inovações também pode ou não validar os potenciais benefícios geralmente associados à participação política (que serão detalhados adiante), uma vez que o ideal democrático demanda cidadãos conscientes, informados sobre questões políticas, dispostos a se envolverem tanto diretamente quanto indiretamente em questões públicas, e aptos a fazerem escolhas entre as diversas opções apresentadas pelos representantes (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998).

Quais seriam, então, as consequências de práticas participativas? Pateman (1992), ao entender que é possível a existência de uma teoria democrática moderna que abarque a participação política da sociedade, defende que um de seus benefícios é o fomento ao senso ou ao sentimento de "eficácia política". Para Marques (2008, p. 134), independentemente da teoria democrática a qual um se filie, a participação tem vantagens como legitimar decisões, educar ou criar cidadãos, além de favorecer a estabilidade e a fiscalização de parlamentares. Na mesma linha de legitimidade, Penna (2010, p. 297) defende que a existência de espaços públicos, que permitam a atuação de grupos diversos, pode ampliar a democracia, por permitirem uma comunicação crítica, ou mesmo o debate de assuntos não discutidos em momentos anteriores.

Benefícios da participação política também são apontados em pesquisas empíricas, o que pode ser observado em estudos sobre inovações participativas. Ao tratar da participação na execução de políticas públicas, Marques (2010) elenca vantagens do instituto, como a obtenção de informações, a criação de políticas governamentais, a oportunidade de “cidadãos de renda mais baixa” tomarem parte no processo político decisório, ou mesmo a criação de uma imagem de credibilidade de instituições que permitem essa participação. Barber (1984), ao defender um modelo de democracia forte e direta, baseada em uma deliberação pública e na participação ativa da sociedade, entende, como benefícios da participação, mais engajamento e mais interesse do indivíduo pela política, melhoria na qualidade de políticas públicas, mais responsabilidade dos governantes. Já para Gomes (2011), a participação política pode minimizar o caráter antidemocrático dos governos representativos modernos, que leva ao distanciamento entre sistema político e representantes da esfera civil.

aproximando os estudos sobre participação e sobre políticas públicas, além de ressaltar a importância da efetividade das instituições participativas ou o resultado de sua produção.

Em trabalho sobre a ferramenta “Audiências Interativas”, Barros, Monteiro e Santos (2018) destacam que a participação política direta do indivíduo traz vantagens institucionais para os parlamentares e para os participantes porque as audiências propiciam o estreitamento de relação entre eles, possibilitando que ambos renovem diálogos, além do fortalecimento do vínculo eleitoral, da prestação de contas aos eleitores, da ampliação das funções dos debates legislativos.

Os benefícios da participação política, portanto, são mencionados tanto em estudos teóricos quanto em estudos de casos práticos, reforçando o caráter elementar da participação para um sistema democrático. Esses benefícios tendem a ser ampliados ou potencializados no contexto de surgimento de inovações participativas, entre as quais estão as ferramentas de democracia digital, que permitem novas formas de engajamento individual e, teoricamente, oferecem benefícios adicionais, além dos proporcionados pela participação presencial.

2.1 AS PROMESSAS DA DEMOCRACIA DIGITAL PARA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A popularização da *internet*, aliada ao avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs), possibilitou uma nova forma de participação dos cidadãos em decisões políticas, na formulação de políticas públicas, no acompanhamento e na fiscalização das atividades de seus governantes. Esse movimento de uso da *internet* e de TICs no processo político decisório pelos cidadãos é conhecido como democracia digital (Gomes, 2005; 2018), que chegou sob intensas expectativas por causa das potencialidades dos meios digitais.

Inicialmente, com o surgimento de ferramentas de participação na esfera política de forma *online* (a exemplo de fóruns, enquetes, bate-papos, audiências interativas, dados abertos, *sites* voltados para transparência), à democracia digital foi creditado o potencial de modificar a democracia ou remediar as falhas atribuídas à crise de democracia ou à crise da representação, a exemplo de apatia popular ou de distanciamento entre cidadãos e governantes, ou mesmo possibilitar democracias diretas (Miguel, 2010; Gomes, 2010; 2018). Em um contexto em que se reclamava a participação da sociedade, inclusive como forma de aproximar representantes e representados (Marques, 2008; Gomes, 2018), a criação de instrumentos que permitissem a participação da sociedade, sem a necessidade de presença física – que alegadamente tem mais custos, seria a solução adequada para o fortalecimento da democracia.

As expectativas a respeito da democracia digital nem sempre foram lineares ou positivas, no entanto. Os estudos sobre o tema, desde seu surgimento conceitual na década de 60, foram segregados em três correntes, que, na prática, refletiram as expectativas daqueles que se dedicaram a sua compreensão: os otimistas, representados por aqueles que enxergam na *internet* uma oportunidade diferente de participação cidadã, proporcionando enorme potencial de fortalecimento da democracia; os pessimistas, que defendem que apenas aqueles indivíduos que já tem interesse em política *offline* também o teriam em uma atuação *online*, ou seja, a participação *online* reforça a estrutura social previamente existente; e os céticos, que não acreditam que a *internet* possa transformar o interesse em política do cidadão, apesar do incremento nas relações diretas entre governantes e sociedade (Ribeiro; Borba; Hansen, 2016; Gomes, 2018). Passou-se, assim, da euforia com as possibilidades trazidas pela *internet*, tida inicialmente como um meio revolucionário e transformador da democracia, para o total pessimismo, com indícios da ausência de mudanças de práticas políticas no mundo virtual em relação ao que já se vivenciava em meio presencial (Gomes, 2018).

A oscilação das expectativas em torno da democracia digital encontrou respaldo em estudos empíricos, que demonstraram que as promessas atribuídas à *internet* possuem entraves, seja porque a participação não necessariamente é permitida a todos seja porque ela não ocorre da forma idealmente desenhada. Mesmo com o crescimento no estímulo à criação de iniciativas em democracia digital (Freitas; Lima; Lima, 2015), a literatura elenca situações que impedem ou dificultam a participação política. Com exemplos dessas barreiras, é possível citar a exclusão digital (Marques, 2008, p. 262, 2014; Freitas; Lima; Lima, 2015, p. 647); a forma unidirecional de prestação de informações (Marques, 2008, p. 264); a fragmentação e a polarização ocasionada pela *internet*, o que pode resultar em uma fraca relação entre uso de meios digitais e eficácia política (Faria, 2012); a falta de abertura da *internet*, uma vez que as práticas tidas como inovadoras, na verdade, são aquelas que já existiam antes de seu advento, e que na *internet* poucos têm voz, seja pela imposição de barreiras à entrada nesse meio de comunicação seja pela sua própria estrutura que privilegia poucas vozes e que são quase sempre as mesmas (Hindman, 2009).

Mesmo com a existência de barreiras ou de empecilhos à participação política no mundo virtual, contudo, para alguns estudiosos é precipitado afirmar que essa participação não afeta a forma de atuação do indivíduo ou o próprio regime democrático. Norris e Curtice (2006, *apud* Ribeiro; Borba; Hansen, 2016) afirmam que o modelo de engajamento na *internet* sugere

que o mundo *online* possui particularidades que podem mudar valores, uma vez que se alterem as gerações. Os mesmos autores sugerem, ainda, que a rede pode mudar a política tradicional, ao beneficiar grupos menores com a redução de custos de comunicação e de juntada de informações. Assim, mesmo com eventuais arrefecimentos das expectativas iniciais sobre os impactos da democracia digital, a ela ainda é atribuído o potencial de influenciar a política tradicional, como facilitadora de processos participativos (Marques, 2008, p. 411-412).

Nos últimos anos, para além das discussões sobre benefícios da democracia digital ou sobre desafios e barreiras encontrados para sua implementação, o que se tem observado é o crescimento da adoção de ferramentas digitais por parte de governos, inclusive no Brasil, com funcionalidades que vão desde a prestação de serviços e de informações à sociedade até a participação cidadã (Rossini, 2014; Freitas; Lima; Lima, 2015). Mesmo durante a pandemia de Covid-19, período em que o mundo estava lidando com outros temas mais prementes, decorrentes de ameaças de uma doença até então desconhecida, muitas ferramentas de democracia digital foram mantidas em funcionamento e, em vários casos, observou-se até mesmo a expansão na implantação e na utilização dessas ferramentas, a exemplo do incremento no uso de serviços digitais do Governo Federal, ou mesmo a manutenção das atividades dos parlamentos no Brasil (Mitozo, 2020). Portanto, a democracia digital, incluindo as ferramentas de participação direta do indivíduo na vida política, é uma realidade e, ainda que de forma incipiente e com entraves, ela tem o potencial de facilitar, entre outros aspectos, a participação política da sociedade (Silva, 2005).

Com a concretização e a expansão do uso de TICs, *internet* e ferramentas digitais, muitas são as frentes de atuação criadas, e e-transparência, e-participação, governo aberto, canais interativos, ativismo *online*, parlamento digital são alguns dos exemplos que podem ser mencionados de práticas de democracia digital (Gomes, 2018; Silva, 2021). Essas práticas, além de outras possíveis vantagens, possibilitam diferentes formas de engajamento do indivíduo, abarcando desde o acesso à informação, passando pela compreensão e pela identificação do cidadão, até culminar na participação ou mesmo na intervenção do cidadão nos resultados produzidos pelo responsável pela política pública (Leston-Bandeira, 2014).

Como consequência, também são várias as frentes de pesquisas que surgiram voltadas para entender cada um desses meios de concretização da democracia digital. Entre as frentes de pesquisa abertas nesse contexto de atuação do indivíduo, a participação política não apenas se tornou um subtema da democracia digital como também ganhou destaque entre estudiosos,

aparecendo como tema mais recorrente em pesquisas, correspondendo a 29,3% do total, em levantamento realizado por Silva (2021).

Ainda no campo de estudos sobre participação política *online*, aliado aos estudos sobre tópicos diversos como tipos de iniciativas, responsividade daqueles que incentivam a participação, há tentativas de se entender como os cidadãos atuam nas ferramentas digitais disponibilizadas ao público: se a participação no ambiente virtual é apenas um reflexo daquela realizada presencialmente; se o indivíduo atua mais no ambiente *online*; se o perfil dos participantes em ambiente virtual é igual ou não ao dos participantes em formato presencial; se a qualidade da participação no ambiente virtual se assemelha àquela das participações presencial.

No Brasil, com enfoque nas ferramentas do Poder Legislativo, podem ser citados estudos sobre os tipos de ferramentas disponibilizadas institucionalmente (Brandão, 2015; Almeida, 2022); sobre perfis de participantes/usuários dessas ferramentas (Freitas; Alcantara; Barros, 2022); sobre conteúdo das conversas contidas nesses espaços participativos, a exemplo de estudos sobre o papel de moderação nesses canais (Pereira; Bernardes; Vale, 2022); sobre o papel das audiências interativas na Câmara dos Deputados (Barros; Monteiro; Santos, 2018). Pelo crescimento de iniciativas disponibilizadas institucionalmente e pelos trabalhos desenvolvidos por pesquisadores, fica claro que o interesse sobre participação política tem crescido, incluindo aquela realizada em canais institucionais do parlamento. Importante pontuar que as pesquisas mencionadas estão inseridas no âmbito da inflexão "participação como controle social ou democrático" abordada por Lavallo e Vera (2022), porque os escopos desses estudos se concentram na análise do papel da participação, ainda que cada um deles aborde um aspecto diferente dela.

O foco mais recente dos estudos sobre iniciativas participativas é resultado, em grande parte, das rápidas e profundas transformações na maneira de fazer política. Isso demanda uma pesquisa aprofundada de casos empíricos, visando compreender especialmente a estrutura participativa, o tipo de participação que ocorre na prática (inclusive em ferramentas de democracia digital), o discurso adotado e seus efeitos. Enquanto ainda se buscava compreender a dinâmica da participação política nas inovações participativas, incluindo aquelas realizadas pela *internet*, uma nova e inesperada realidade social abalou o mundo: a pandemia de Covid-19. A pandemia não apenas afetou o cotidiano dos indivíduos, mas também a forma como as atividades políticas são conduzidas. A mudança de comportamento por causa das medidas

preventivas de propagação da pandemia levou pessoas a utilizarem o ambiente natural da democracia digital de maneira mais frequente, ou seja, a *internet*.

2.2 CONTEXTO POLÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19

Institutos criados socialmente, a exemplo da participação política, são impactados por vários fatores, como vontade política, condicionantes sociais, econômicas, e não poderia ter sido diferente com o uso das ferramentas que tornam a democracia digital possível. As condições sociais de propagação e uso de TICs e da *internet* foram determinantes para a criação e para o atual estágio da democracia digital. A pandemia de Covid-19, no entanto, trouxe súbitas alterações no contexto de uso da *internet* e de ferramentas digitais, e é de se questionar se essa nova realidade também afetou a forma de participação política dos cidadãos.

Na virada de 2019 para 2020, o mundo foi surpreendido com as primeiras notícias sobre o surto ocasionado pelo novo coronavírus. Com o avanço rápido da doença e com as consequências graves que ela acarretava, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), em 30 de janeiro de 2020. Ainda sem solução à época, e com o espalhamento da doença por várias regiões do mundo, a OMS classificou a Covid-19 como pandemia, em 11 de março de 2020.

Na linha de prevenção ao avanço da doença, o Brasil adotou ações com o intuito de evitar o agravamento da situação. Em 20 de março de 2020, foi promulgado o Decreto Legislativo n. 6, reconhecendo o estado de calamidade pública decorrente da “emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19)”. A partir de então, entre outras medidas adotadas, recomendou-se o distanciamento social, o que obrigou pessoas e estabelecimentos a adotarem ações para manter um distanciamento mínimo entre as pessoas.

Para possibilitar esse distanciamento, incentivou-se, por exemplo, o teletrabalho, com a edição de sucessivas medidas provisórias para que isso fosse possível (MP n. 927/2020; MP n. 1046/2021). O impacto pode ser sentido na prática: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 3,8 milhões de pessoas estavam em trabalho em residência em 2018, ou o equivalente a 5,2% dos trabalhadores antes da pandemia, enquanto que em 2020, durante a pandemia, a estimativa foi de 8,6 milhões de pessoas em trabalho remoto, ou o equivalente a 11%. Outro exemplo de incentivo ao distanciamento social, e que naturalmente

requeriu o uso de tecnologias digitais, foi a permissão legal para a telemedicina, com a promulgação da Lei n. 13.989/2020.

Os incentivos ao distanciamento social que, em boa parte, só foram possíveis por causa das TICs e da *internet*, também podem ter contribuído para o aumento de domicílios com *internet*. Em 2021, a quantidade de domicílios conectados à *internet* chegou a 90%, o que significa um aumento de 5,8 milhões de conexões em relação a 2019, segundo dados do IBGE. Adicionalmente, em estudo de 2021, o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br) constatou o crescimento do uso de *internet* durante a pandemia, com aumento de atividades *online*, a exemplo de serviços públicos e transações financeiras, além do aumento de domicílios com *internet* e de usuários de *internet*, que chegou a 152 milhões no Brasil.

Resumidamente, a pandemia trouxe alterações de hábitos, de rotinas, de formas de interação entre cidadãos no Brasil. Os dados sobre teletrabalho, sobre domicílios conectados à *internet* e sobre tempo de uso da *internet* indicam que houve mudança no estilo de vida dos indivíduos (aqui, sem aprofundamento das condições ou para quem essas alterações foram possíveis).

Não poderia ser diferente na relação entre governo e sociedade. Na medida do possível, diversos órgãos governamentais foram levados a se adaptar ao mundo virtual, como forma de dar continuidade à prestação de atividades e de serviços públicos. Apenas para exemplificar, segundo a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, em audiência realizada pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), em 23/9/2021, a quantidade de brasileiros que utilizaram serviços digitais do Governo Federal foi de 113 milhões em 2021 (durante a pandemia), contra 1,7 milhão em janeiro de 2019 (antes da pandemia), o que aponta um crescimento acelerado em curto espaço de tempo.

Essa alteração para o mundo digital também foi necessária no Poder Legislativo. Como um ambiente usualmente repleto de pessoas, presentes para tratar de temas de seu interesse, as Casas Legislativas viram suas portas fechadas para a sociedade de um momento para outro. Dados do *Inter-Parliamentary Union* (2022) dão indícios do que ocorreu nos parlamentos em nível mundial: segundo pesquisa realizada, 51% dos parlamentos respondentes fizeram alguma espécie de sessão plenária virtual e 77% realizaram, ao menos, uma reunião virtual de comissões, o que indica que a maioria dos parlamentos conseguiu manter algum tipo de atividade de forma virtual. Ainda segundo o mesmo relatório (2022, p. 16), 54% dos

parlamentos relataram aumento do interesse público e de demanda por engajamento durante a pandemia, o que trouxe mais oportunidades de melhoria na participação dos indivíduos.

Importante observar, contudo, que a realidade mundial na prática de atividades parlamentares durante a pandemia não foi uniforme, havendo exemplos de parlamentos que realizaram uma ou algumas atividades de modo virtual (*Inter-Parliamentary Union*, 2022), e outros que não realizaram nenhuma, como o parlamento da Alemanha, que não adotou sessões remotas (Mitozo, 2020). Além disso, ainda que tenha ocorrido alguma forma de digitalização de atividades, não é difícil imaginar que houve prejuízos em outras frentes, uma vez que os parlamentos possuem várias funções, e que muitas delas passam pela interação, direta ou indireta, com a sociedade, o que se tornou difícil ou impossível com a pandemia.

Especificamente quanto ao Brasil, a resposta do parlamento federal aos desafios impostos pela pandemia foi rápida e dinâmica, segundo registro do *Inter-Parliamentary Union* (2022). Parlamentos nacional e estaduais brasileiros, ainda que de formas diversas, adotaram mecanismos *online* para desenvolvimento de suas atividades (Mitozo, 2020), como alternativa à interação presencial limitada naquele momento. Câmara dos Deputados e Senado Federal se consolidaram como norteadores de digitalização de atividades realizadas no parlamento para as Assembleias Legislativas (Mitozo, 2020), porque ambos já possuíam experiência nesse campo em certos serviços, o que possibilitou a migração de outras atividades para o mundo virtual de forma mais célere, logo após a declaração de quarentena no Brasil.

2.3 CONTEXTO POLÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Câmara dos Deputados iniciou suas atividades de forma virtual em 20 de março de 2020, nos termos do Ato da Mesa n. 123, ou seja, no mesmo dia de reconhecimento do estado de calamidade pública no Brasil, pelo Decreto Legislativo n. 6. A rapidez na resposta à limitação de atividades presenciais foi possível, entre outras razões, pela existência de atividades já digitalizadas na Casa Legislativa antes da pandemia, além da existência de infraestrutura e de pessoas capacitadas para essa transição.

Pelo Ato da Mesa n. 123/2020, foi instituído o Sistema de Deliberação Remota (SDR), como mecanismo excepcional, para convocação de sessões deliberativas extraordinárias, com a finalidade de permitir o funcionamento do Plenário durante a pandemia (arts. 1º e 2º). Ainda

segundo o Ato da Mesa, constariam da Ordem do Dia: (i) matérias com a manifestação favorável de Líderes representantes de dois terços dos membros da Casa e das Lideranças do Governo, da Maioria, da Minoria e da Oposição, incluídas já no regime de urgência; (ii) outras matérias incluídas de ofício ou a requerimento. Paralelamente, as comissões permanentes da Câmara dos Deputados não funcionaram em 2020, voltando a atuar regularmente apenas em março de 2021⁶.

Essa nova dinâmica de pauta de projetos e a inatividade temporária das comissões permanentes inverteram a lógica de análise e de deliberação das proposições anteriores. Antes da pandemia, seguia-se um rito com certa previsibilidade de análise e de deliberação de proposições, via de regra com análise de projetos pelas comissões antes da apreciação do plenário, e pela realização de sessões ordinárias, que possui previsão de dia e hora pelo Regimento da Casa. Durante a pandemia, no entanto, houve um recuo na atuação das comissões permanentes (e o impacto da ausência de seu trabalho nos projetos apreciados nesse período depende de análise minuciosa, que não é escopo do presente trabalho) ao mesmo tempo em que a alteração nas normas permitiu uma concentração de poder nas mãos da Mesa e/ou do Presidente da Câmara para pautar projetos objetos de deliberação.

Posteriormente, em 2021, os dispositivos do Ato da Mesa n. 123/2020 foram alterados para que o SDR não ficasse restrito à situação excepcional da pandemia (Resolução n. 19, de 11 de fevereiro de 2021). Isso, aliado ao retorno das atividades presenciais da Câmara dos Deputados em 2022 (Ato da Mesa n. 230, de 18 de abril de 2022), deveria ter restabelecido o rito ordinário de análise de proposições, semelhante ao existente antes da pandemia, com análise de proposições pelas comissões técnicas e maior previsibilidade de apreciação de projetos. Em sentido contrário, no entanto, foram realizadas alterações no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em 2021, que mantiveram a concentração de poder de pautar e apreciar projetos na Mesa e/ou no Presidente da Câmara. Entre as alterações realizadas estão a previsão de que, aprovado requerimento de urgência (art. 155 do RICD), impede-se a

⁶ Saliente-se, no entanto, que comissões externas, comissões especiais e órgãos da Câmara dos Deputados realizaram eventos nesse período, em um total de 11 comissões e órgãos atuantes e 187 eventos realizados. As comissões que realizaram eventos entre 20/3/2020 (data de vigência do Ato da Mesa) e 15/3/2021 (data de retorno das comissões permanentes) foram: Câmara dos Deputados - Evento; Centro de Estudos e Debates Estratégicos; Comissão Externa de Ações Contra o Coronavírus; Câmara dos Deputados - Evento Técnico; Comissão Externa de Enfrentamento à COVID_19; Ações Preventivas Coronavírus no Brasil; Morte de João Alberto no Carrefour/RS; Queimadas em Biomas Brasileiros; Secretaria da Mulher; Grupo de Trabalho Reforma da Legislação Eleitoral; PEC 199/19 - Prisão em 2ª Instância.

apresentação de requerimento de retirada de pauta e de requerimento de adiamento de discussão - ou sua prejudicialidade (art. 155 do RICD), que impedem que a oposição atue para evitar apreciação de matérias com as quais não concordem.

Apenas para exemplificar essa concentração de poder, no período da pesquisa (56ª Legislatura), foram realizadas 510 sessões deliberativas⁷, sendo que 188 foram no período antes da pandemia, 271 durante a pandemia e 51 no pós-pandemia. De todas elas, só houve sessão deliberativa ordinária no período antes da pandemia, em um total de 43 das 188. Durante e depois da pandemia, todas as sessões foram deliberativas extraordinárias, que ocorrem, entre outros, por convocação do Presidente da Casa de ofício⁸. Detalhar as formas de convocação das sessões deliberativas extraordinárias (e analisar se os projetos discutidos e votados o foram na forma de urgência ou se houve respeito ao rito de análise das comissões) carece de estudo detalhado, mas a mera realização exclusiva desse tipo de sessão indica que o centro de poder decisório sobre a pauta da Câmara dos Deputados foi deslocado para a Mesa e/ou Presidente da Casa.

Outro indício dessa concentração de poder decisório está na celeridade de discussão e de votação de projetos complexos, importantes e que, por isso mesmo, merecem análise detalhada por parte das comissões e envolvimento de atores interessados. Em levantamento de setembro de 2023, o Jornal O Globo apontou a aprovação de projetos relevantes com uma “rotina de tramitação relâmpago”, suprimindo-se etapas de análise das comissões, pela votação de requerimentos de urgência (art. 155 do RICD). Entre os exemplos citados estão a minirreforma eleitoral (Projeto de Lei n. 4438/2023 e Projeto de Lei Complementar n. 192/2023). Para discussão do tema foi criado um Grupo de Trabalho, com início de seus trabalhos no dia 23/8/2023; no entanto, as audiências foram realizadas à toque de caixa, entre os dias 29, 30 e 31/8/2023. Na prática, as audiências se resumiram a uma sucessão de

⁷ Sessões deliberativas são aquelas que contém Ordem do Dia, momento destinado à discussão e à votação de proposições. Segundo RICD

Art. 65. As sessões da Câmara dos Deputados serão:

II - deliberativas:

a) ordinárias, as de qualquer sessão legislativa, realizadas apenas uma vez por dia, de terça a quinta-feira, iniciando-se às quatorze horas;

b) extraordinárias, as realizadas em dias ou horas diversos dos prefixados para as ordinárias;

⁸ Segundo RICD:

Art. 67. A sessão extraordinária será destinada exclusivamente à discussão e votação das matérias constantes da Ordem do Dia.

§ 1º A sessão extraordinária será convocada pelo Presidente, de ofício, pelo Colégio de Líderes ou por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Deputado.

apresentação de ideias, sem debate ou discussão de sua viabilidade. Adicionalmente, o texto para debate só foi apresentado com o protocolo dos projetos, em 12/9/2023 (22h25), e o requerimento de urgência para apreciação em plenário foi aprovado dia 13/9/2023, com votação do texto principal no mesmo dia, ou seja, não houve tempo hábil nem para leitura de todo o conteúdo da proposta. Os dois exemplos citados apontam para um procedimento diverso de apreciação de projetos durante e depois da pandemia.

Resumidamente, enquanto muitos parlamentos tentavam manter atividades básicas em funcionamento durante a pandemia, como sessão plenária, a Câmara dos Deputados conseguiu ir adiante na manutenção de seus trabalhos. Ainda que tenha ocorrido intensa alteração no modo de funcionamento da Casa Legislativa, com indícios de mudança no poder de pautar projetos, com impacto nos trabalhos das comissões permanentes, diversas frentes da atuação da Casa foram mantidas, a exemplo da participação dos cidadãos de forma remota.

Essa participação foi possível especialmente por causa do portal e-Democracia, criado em 2009, ferramenta que deu à Câmara dos Deputados destaque no campo de inovação digital em parlamentos, inclusive no quesito participação civil no trabalho legislativo, dando ao Brasil reconhecimento mundial no uso de ferramentas digitais e de inteligência artificial no parlamento e em participação cívica (*Inter-Parliamentary Union*, 2022). Entre as ferramentas do portal e-Democracia estão as Audiências Interativas, cuja finalidade é permitir a participação de interessados nos temas em debate na Câmara dos Deputados.

As Audiências Interativas já estavam em uso antes da pandemia e tiveram seu funcionamento mantido durante esse período, o que a torna um meio adequado de pesquisa sobre participação política da sociedade no parlamento pelos meios digitais, seja porque ela esteve em funcionamento antes e durante a pandemia seja porque se trata de ferramenta que fornece dados necessários à pesquisa.

3 AUDIÊNCIAS INTERATIVAS DO PORTAL E-DEMOCRACIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Com a popularização do uso da *internet*, e nesse contexto de criação e de disponibilização de mecanismos virtuais e de ferramentas digitais por parte dos governos para interlocução com os cidadãos, a Câmara dos Deputados criou o portal e-Democracia, em 2009, com o objetivo é incentivar e/ou ampliar a participação da sociedade no debate de decisões políticas, aproximando cidadãos e seus representantes por meio da interação digital.

Até 2022, o portal contava com três ferramentas, que possibilitavam interação com a sociedade: Audiências Interativas, ferramenta agregada ao portal e-Democracia em 2012 (Barros; Monteiro; Santos, 2018), para acompanhamento ao vivo de audiências e eventos, com possibilidade de participação por meio de envio de mensagens e de perguntas aos deputados e aos organizadores das audiências, propiciando, ainda, a troca de ideias e o debate entre os participantes; o Wikilegis, para edição e aprimoramento de projetos normativos em curso na Câmara dos Deputados; e o Pauta Participativa, que permitia ao cidadão contribuir na definição da pauta de votação de projetos.

A ferramenta Audiências Interativas, objeto do presente estudo, transmite audiências públicas e disponibiliza meios para que os participantes interajam, entre eles e com os organizadores do evento, por meio de perguntas e de mensagens. Os dois campos, inclusive, são separados para facilitar a participação do usuário: um campo denominado “BATE-PAPO”, que contém as mensagens postadas, pelo qual os participantes podem se manifestar livremente sobre o tema em debate; e o campo “PERGUNTAS”, pelo qual os participantes podem fazer questionamentos. Os dois campos aparecem para os participantes conforme figura abaixo.

Figura 1 - Página de uma audiência da ferramenta Audiências Interativas



Fonte: <https://edemocracia.camara.leg.br/audiencias/sala/2858/>. Acesso em: 11 mar. 2023.

A possibilidade de interação entre representantes e representados pela ferramenta traz vantagens como ampliação da participação do indivíduo, a quem é dada a possibilidade de contribuir na discussão de projetos de lei ou de políticas públicas em andamento; transparência e acessibilidade do parlamento (Simon *et al.*, 2017); obtenção de informações para auxílio na tomada de decisão. Além disso, as audiências ficam gravadas, o que permite o uso das informações posteriormente (Barros; Monteiro; Santos, 2018).

Em pesquisa feita sobre as audiências públicas interativas do Senado Federal, tanto com os organizadores das audiências quanto com os participantes, Carvalho (2021, p. 82 e 91) identificou, ainda, outros benefícios relacionados às funções desses eventos: possuem função legitimadora; propiciam empoderamento político-social; têm função educadora para o cidadão. Assim, considerando as bases teóricas e os achados de pesquisas de casos concretos, é possível inferir que a ferramenta Audiências Interativas da Câmara dos Deputados tem potencial e capacidade de aproximar parlamento e sociedade, ao permitir a coleta de opiniões e de informações dos cidadãos, que, por sua vez, podem contribuir de forma direta na formação de leis, em decisões políticas, na construção de políticas públicas, além de propiciar outros efeitos na forma de atuação política dos cidadãos.

Pelo seu potencial participativo, de interação, de armazenamento de informações, a ferramenta tem sido objeto de interesse e de pesquisas desde sua criação. Além de constar de estudos que trazem exemplos de ferramentas inovadoras na seara participativa (Simon *et al.*,

2017), ela também foi a base de estudos qualitativos para se entender a função das audiências realizadas (Barros; Monteiro; Santos, 2018), ou mesmo para se averiguar o papel da moderação nesses espaços (Pereira; Bernardes; Vale, 2022).

A pandemia trouxe uma alteração no cenário para essas pesquisas, contudo. Momento marcado pelo aumento da presença do indivíduo na *internet*, pela digitalização dos parlamentos, a pandemia trouxe um novo contexto político e social para o uso das Audiências Interativas: elas passaram a ser o meio de interação institucional da Câmara dos Deputados com a sociedade, em um momento histórico com diversas alterações político-sociais, uma vez que, durante esse período, não houve realização de audiências presenciais. Assim, considerando que as condições fáticas que envolviam a interação entre representantes e representados na Câmara dos Deputados sofreram alterações, é de se questionar como a participação política dos indivíduos na ferramenta Audiências Interativas da Câmara dos Deputados foi afetada pela pandemia.

Dados sobre a forma de participação política nesse período podem indicar como foi o desenvolvimento da participação até o início da pandemia, apontando caminhos para seu aprimoramento. Eventual alteração nos padrões e na forma de participação política cidadã na ferramenta também pode indicar meios para superar eventuais barreiras apontadas anteriormente pela literatura, ou mesmo para o desenvolvimento de ideias ou mecanismos que democratizem a participação política.

3.1 DAS COMISSÕES

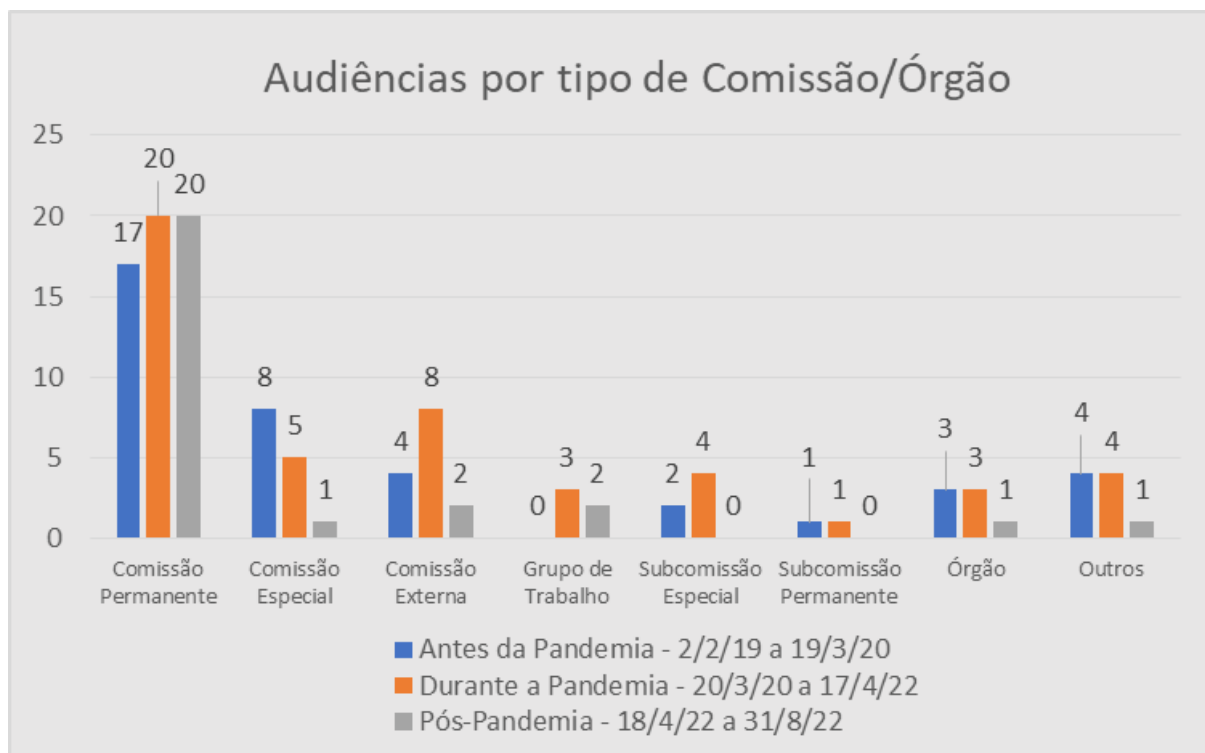
Antes de se adentrar na análise sobre as interações dos participantes durante as audiências, é importante entender o funcionamento desses eventos. As comissões têm por finalidade apreciar (e deliberar sobre, nos casos em que a lei permite) temas a elas submetidos, além de acompanhar programas de governo e de fazer a fiscalização orçamentária da União. Elas podem ser permanentes, sendo subdivididas por temas; e temporárias, para apreciar um assunto específico (art. 58 da CF c/c art. 22 do RICD). Entre as atribuições das comissões está a possibilidade de realizar audiências públicas (art. 58, § 2º, II, da CF), que servem para tratar de matérias legislativas e de assuntos de interesse público relevante (art. 255 do RICD), e são realizadas a depender da agenda das comissões, que determinam quais e quando serão realizadas.

Esclareça-se que nem todas as audiências realizadas pelas comissões utilizam as Audiências Interativas, porque as primeiras podem ser realizadas na forma presencial apenas ou sem interatividade pela *internet*. No entanto, durante a pandemia, as Audiências Interativas foram a única forma de se realizar audiências públicas, uma vez que houve limitação de acesso presencial à Câmara dos Deputados.

Quanto aos dados gerais dos eventos realizados, a quantidade de comissões que utilizou a ferramenta Audiências Interativas durante a pandemia aumentou ligeiramente em relação aos demais períodos: conforme dados do Gráfico 1 abaixo, 48 comissões/órgãos realizaram audiências públicas pela ferramenta durante a pandemia, enquanto 39 comissões/órgãos as realizaram antes da pandemia, e 27 utilizaram a ferramenta no período pós-pandemia. Desse total, as comissões permanentes foram as que mais realizaram audiências em todos os períodos. Ressalte-se, apenas, que as comissões permanentes não funcionaram em 2020, o que impacta nos números de comissões que utilizaram as ferramentas durante a pandemia⁹

⁹ Saliente-se, no entanto, que comissões externas, comissões especiais e órgãos da Câmara dos Deputados realizaram eventos nesse período, em um total de 11 comissões e órgãos atuantes e 187 eventos realizados. As comissões que realizaram eventos entre 20/3/2020 (data de vigência do Ato da Mesa) e 15/3/2021 (data de retorno das comissões permanentes) foram: Câmara dos Deputados - Evento; Centro de Estudos e Debates Estratégicos; Comissão Externa de Ações Contra o Coronavírus; Câmara dos Deputados - Evento Técnico; Comissão Externa de Enfrentamento à COVID_19; Ações Preventivas Coronavírus no Brasil; Morte de João Alberto no Carrefour/RS; Queimadas em Biomas Brasileiros; Secretaria da Mulher; Grupo de Trabalho Reforma da Legislação Eleitoral; PEC 199/19 - Prisão em 2ª Instância.

Gráfico 1 - Quantidade de audiências realizadas por comissões/órgãos



Fonte: elaboração própria, 2023.

Observe-se que não apenas comissões utilizam as Audiências Interativas. A ferramenta também foi usada por outros órgãos da Câmara dos Deputados: subcomissões especiais e permanentes, que são constituídas pelas comissões, mas sem poder decisório (art. 29 do RICD); comissões externas, que são temporárias e destinadas a acompanhar ato fora da Câmara dos Deputados; grupos de trabalho, criados para auxiliar e contribuir para o processo legislativo; e órgãos da Casa. No entanto, mesmo com a diversidade de comissões/órgãos que usam a ferramenta, as comissões permanentes foram as que mais a utilizaram no período da pesquisa, um cenário diferente daquele constatado por Barros, Monteiro e Santos (2018) que, em pesquisa feita entre 2011 e 2016, identificaram o predomínio de uso da ferramenta pelas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) e pelas comissões especiais.

Pelos dados, durante a 56ª Legislatura, o padrão de uso por parte de comissões/órgãos não sofreu variações significativas (considerando-se a divisão de períodos utilizada na presente pesquisa), mesmo que não tenha sido possível acesso presencial à Câmara dos Deputado entre 20 de março de 2020 e 17 de abril de 2022, o que inviabilizou a realização de audiências presenciais nesse período.

3.2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Para se alcançar o objetivo da pesquisa, a pergunta que se formula é: como a participação política dos indivíduos na ferramenta Audiências Interativas da Câmara dos Deputados foi afetada pela pandemia? Para responder a essa pergunta, os objetivos específicos do estudo são: 1) averiguar se houve alteração na quantidade de interações (mensagens e perguntas) na ferramenta Audiências Interativas durante a pandemia; 2) verificar se houve alteração na qualidade da participação: a) qual tema os participantes discutiram? b) qual a natureza das interações das mensagens?

O período de pesquisa escolhido foi a 56^a Legislatura, ocorrida entre 2019 e 2022, porque engloba o período no qual aconteceu a pandemia e porque a escolha de uma legislatura em sua totalidade se justifica pela similaridade de cenário político, que possui características fáticas semelhantes, a exemplo de igual (ou com pequenas alterações) composição da Casa Legislativa, mesmo governo, mesmos blocos de oposição e situação, entre outros pontos.

Assim, a estratégia metodológica da pesquisa se baseou na extração e na análise dos dados quantitativos e qualitativos das audiências interativas realizadas no período da 56^a Legislatura, que constam do portal e-Democracia. Nessa página, existe o campo chamado e-Monitor, que apresenta relatórios prontos (que podem ser customizados pelo usuário por período ou por alguns dados já disponíveis) sobre dados gerais das audiências, bem como disponibiliza APIs (*Application Programming Interface* - Interface de Programação de Aplicação), pelas quais é possível obter dados mais detalhados das audiências, a exemplo de conteúdo de mensagens e de perguntas postadas pelos participantes.

Posteriormente, os dados foram segmentados em três períodos, designados pelos seguintes nomes: **antes da pandemia**, **durante a pandemia**, e **pós-pandemia**, para que, a partir da comparação entre eles, fosse possível avaliar se houve diferença no padrão de participação política nessa ferramenta institucional no contexto de isolamento da pandemia. Esclareça-se que a divisão dos períodos foi feita com base nas datas de interrupção e de retorno das atividades presenciais na Câmara dos Deputados, porque durante o período de trabalhos presenciais foi possível a realização de audiências presenciais, e apenas no período durante a pandemia houve realização de audiências exclusivamente pela *internet*.

A divisão dos períodos acima citados obedece aos seguintes critérios¹⁰:

- **Antes da pandemia:**

- Data inicial do período: 2 de fevereiro de 2019. Trata-se do início da 56ª Legislatura (2019-2022);
- Data final do período: 19 de março de 2020. Data em que as atividades da Câmara dos Deputados passaram para formato *online*, conforme determinação contida no Ato da Mesa n. 123, de 20 de março de 2020.

- **Durante a pandemia:**

- Data inicial do período: 20 de março de 2020. Data de início de vigência do Ato da Mesa n. 123, de 20 de março de 2020;
- Data final do período: 17 de abril de 2022. Data anterior ao retorno das atividades presenciais da Câmara dos Deputados, que ocorreu em 18 de abril de 2022, nos termos do Ato da Mesa n. 230.

- **Pós-pandemia:**

- Data inicial do período: 18 de abril de 2022. Data do retorno das atividades presenciais da Câmara dos Deputados;
- Data final do período: 31 de agosto de 2022. Em setembro de 2022, surgiram notícias extraoficiais de que o portal e-Democracia seria descontinuado, e o surgimento dessas notícias coincide com a diminuição drástica do uso das Audiências Interativas: depois de agosto, apenas duas audiências foram realizadas - uma em 1/9/2023 (da CCJC, sobre Extinção de Varas do Trabalho em todo o País), e outra em 30/11/2022 (da CDHM, sobre Acolhida humanitária para nacionais afegãos), enquanto que 17 audiências, no mesmo período, foram canceladas. Posteriormente a informação foi confirmada por mensagem na própria página, segundo a qual, “o Portal E-Democracia da Câmara dos Deputados será objeto de reestruturação, para

¹⁰ Note-se que a escolha de períodos para segregação dos dados foi baseada na interrupção e no retorno das atividades presenciais na Câmara dos Deputados, período que não é idêntico ao de declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Conforme dados da OMS, o início da ESPII foi em 30 de janeiro de 2020, e o fim foi em 5 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/oms-declara-fim-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-referente-a-covid-19>. Acesso em: 13 dez. 2023.

atualização dos sistemas e ampliação da capacidade de acessos simultâneos. Por isso, seus serviços estão interrompidos temporariamente”.

Posteriormente, a análise foi dividida em dois aspectos: o quantitativo, com base nos dados levantados pelo e-Monitor; e qualitativo, pela análise de conteúdo das mensagens, considerando-se o teor das mensagens postadas pelos participantes. Quanto à análise de conteúdo das interações, ela teve como foco as manifestações dos participantes pelos campos “BATE-PAPO”, que é um campo que possibilita a manifestação dos participantes durante a audiência.

Depois da coleta das mensagens, elas foram categorizadas conforme caderno de código (Quadro 1 abaixo), com o objetivo de observar se o padrão de participação dos indivíduos quanto à natureza de suas interações sofreu alguma alteração durante a pandemia. Saliente-se que o caderno de códigos abaixo foi baseado em classificação feita por Barros, Monteiro e Santos (2018) ao analisar a natureza das interações de audiências interativas, mas sofreu algumas adaptações para adequação à natureza das mensagens analisadas na presente pesquisa.

Quadro 1 - Caderno de códigos

Categoria de análise principal (Nó)	Subnó	Exemplo
Comissões/Órgãos - Moderadores	1 Apresentação/Introdução: apresentações de comissões/órgãos, mensagem introduzindo a audiência.	“A partir de agora você já pode enviar perguntas para esta audiência pública ou votar nas que já foram feitas. É só fazer login. Lembre-se: as perguntas mais votadas, relacionadas ao tema em discussão, têm mais chances de serem respondidas. E se não tiver cadastro ainda, basta criar um, clicando no botão entrar/cadastrar no canto direito da parte superior da página. Caso não consiga acompanhar a audiência, não se preocupe! A gravação e as respostas ficarão disponíveis aqui no portal e-democracia.”
	2 Cordialidade/Saudação: agradecimentos, saudações.	“Obrigada pela participação. Boa tarde.” “Boa tarde!”

	3	Aspectos técnicos/Dinâmica das comissões: situações técnicas relacionadas à transmissão; condução da audiência, quem está falando, o que foi ou será feito, informações.	<p>“No momento, apresentamos problemas técnicos na transmissão pelo e-democracia.”</p> <p>“Aurélio, já estamos transmitindo. Obrigado pela presença.”</p> <p>“Dentro de 5 minutos começaremos”;</p> <p>“Reunião iniciada.”</p> <p>“Quem preside a reunião é o senhor Deputado Rogério Correia, PT/MG”</p>
	4	Debate do tema: respostas, opiniões, comentários sobre o tema da audiência.	“Cecília, assista aos minicursos sobre diagnóstico de acervos e significância, acredito que podem te ajudar.”
	5	Outros: comentários sobre temas não abordados nas categorias anteriores; mensagens sem sentido, incompletas, emojis; consertos de texto anterior.	<p>“teste”;</p> <p>“valeu”;</p> <p>“*torna”.</p>
Cidadãos	1	Apresentação/Introdução: apresentações pessoais ou de instituições.	<p>“Sou o inacio,”</p> <p>“Bom dia. Uncme RN”</p>
	2	Cordialidade/Saudação: agradecimentos, saudações, cumprimentos.	“Muito obrigado.”
	3	Aspectos técnicos/Dinâmica das comissões: dúvidas, perguntas, informações relacionadas à transmissão; dúvidas sobre condução da audiência, quem está falando, o que foi ou será feito, informações.	<p>“Mas cadê a transmissão?”</p> <p>“Favor informar o nome e a função da palestrante que está falando agora.”</p>
	4	Debate - elogio: manifestações favoráveis que se exprimem em favor de algo ou alguém, elogios.	<p>“Parabéns a Presidente da CIDOSO Deputada Federal Sra. Leandre e Deputada Federal Sra. Tereza Nelma, pela iniciativa em estudar e contribuir com o envelhecimento. Sucessos e ótimo trabalho!São os votos do COMDIPI-Palmas-TO.”</p>

	5	Debate - opinião/informação: colocar um ponto de vista; prestar informações; esclarecer dúvidas; afirmações não enquadradas como críticas, reclamações, perguntas, dúvidas, protesto e depoimentos pessoais.	“O protocolo tardio que o MEC soltou tem os seguintes trechos quando fala de Educação Infantil e Educação Especial: "os pais e professores devem pensar protocolos adicionais a estes sugeridos aqui" “Concordo com a sugestão do prof Dr Alexandre Kalache, de reforçar a luta contra o idadismo, ageísmo, racismo, sexismo, no dia 15 de junho - Dia Mundial de Conscientização no Combate a Violência contra a Pessoa idosa.”
	6	Debate - crítica/reclamação: julgamentos, críticas, reclamações; contradizer, opor-se a respeito do tema em debate.	“Como falar um monte de palavras bonitas e não dizer nada com nada. Muito efetivo, parabéns!”
	7	Debate - pergunta/dúvida: questionamentos sobre o tema em debate.	“Quais são as provas de que o pai abusou?”
	8	Debate - sugestão: sugestões, propostas sobre o tema em debate.	“Gostaria também de sugerir para pauta, uma uniformização dos direitos da pessoa com deficiência, sem distinção de classe social, cito ao exemplo do passe livre intermunicipal onde há que se provar pessoa carente, com 1/4 sal min per capita! Ou 1/2 sal min per capita! Vejamos se um pcd é carente ele tem o direito ao bpc 1 sal min, por si só já perde o direito do benefício do passe!”
	9	Debate - solicitação/pedido: pedido, pretensão, solicitação sobre o tema em debate.	“Bom dia. Gostaríamos de uma CPI para investigar os desvios de dinheiro público através destes consórcios feitos, aonde milhões foram pagos adiantados e os produtos ou não chegaram ou não são úteis para o combate ao Covid-19.” “BOA TARDE, Também venho solicitar que coloquem em pauta a lei 3913/20. está muito difícil conseguir trabalhar e cada dia deixar nosso bebê com uma pessoa diferente, correndo o risco. Não temos onde deixá-los.”

	10	Debate - protesto/reivindicação: reivindicar algo ou alguma coisa; protestar contra ou a favor de algo.	“ABSURDO!”; “revogação já a LAP”; “#educacaobilinguaescolacomum #naoaoPL4909”.
	11	Debate - depoimentos pessoais: relatos de situações pessoais do participante.	“Olá, Sou Francisca da Silva Andrade, não fui estudante do PRECE, mas com muita honra sou uma colaboradora desde o seu nascimento, ou bem antes quando ele ainda estava no campo dos sonhos. Sou mãe do professor Manoel Andrade Neto, e tenho muito orgulho de ter sido sua colaboradora em oração para que esse Projeto saísse do campo das ideias e dos sonhos e se tornasse o que ele é hoje. (...)”
	12	Outros: comentários sobre temas não abordados nas categorias anteriores; mensagens sem sentido, incompletas, emojis; consertos de texto anterior.	“agora sim” “ok!” “□□□□□□□□□□”

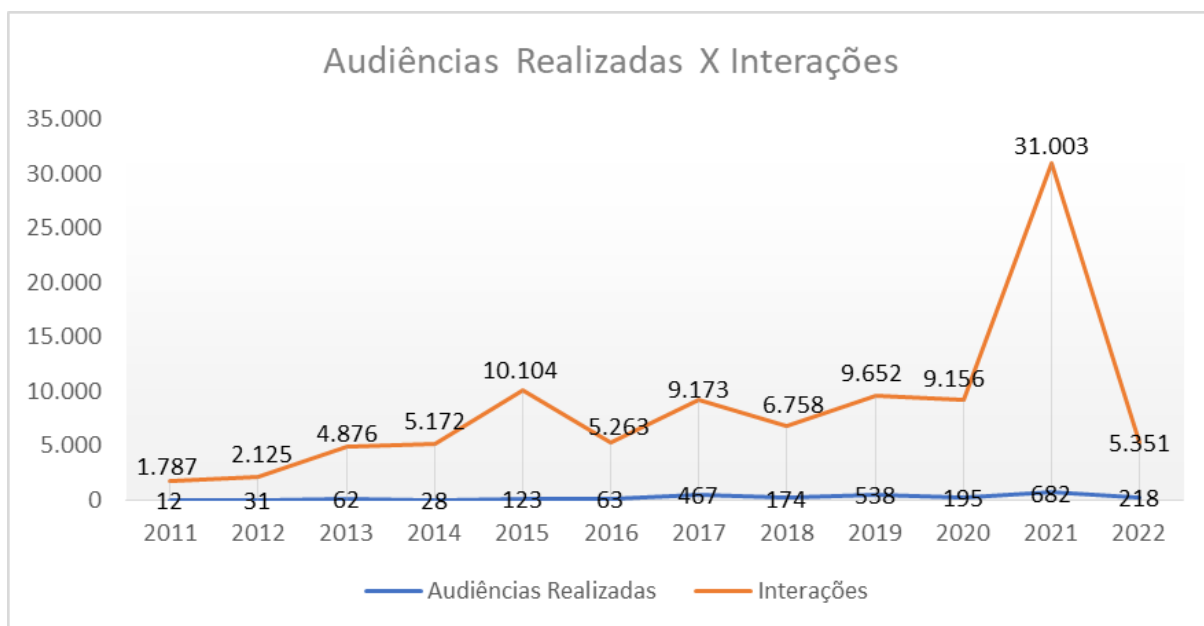
Fonte: elaboração própria, 2023.

4 RESULTADOS DO USO DAS AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

4.1 DADOS GERAIS

Ainda que, para se alcançar o objetivo do presente trabalho, a divisão entre períodos tenha sido feita com base no período da pandemia, durante a 56ª Legislatura, antes é importante mostrar a evolução das audiências interativas e das interações dos participantes por ano, para se ter uma ideia do panorama geral desses dados. O e-Monitor é recente (de 2020), e só possui os dados referentes aos anos de 2017 a 2022. Barros, Monteiro e Santos (2018), no entanto, fizeram um levantamento das quantidades de audiências e de interações no período de 2011 a 2016. Os dados levantados do e-Monitor e do trabalho citado constam do Gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 - Audiências realizadas e interações entre anos de 2011 e 2022.



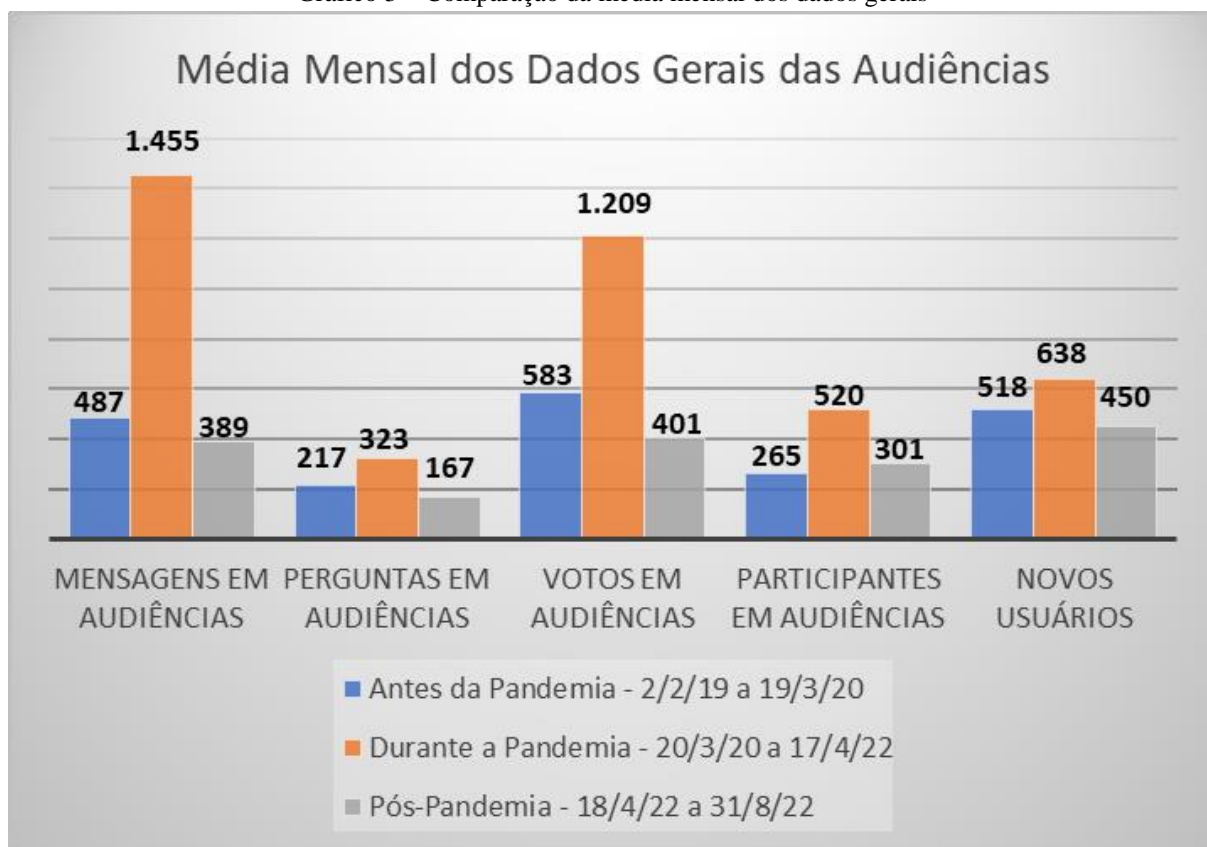
Fonte: Barros, Monteiro e Santos (2018); elaboração própria, 2023, a partir do e-Monitor.

Percebe-se pelos dados acima que os anos subsequentes aos da pesquisa de Barros, Monteiro e Santos (2018) foram marcados pelo aumento no número de audiências. Já a quantidade de interações se manteve relativamente estável, exceto no auge da pandemia, período no qual houve um aumento expressivo na quantidade de interações. Saliente-se que nos anos pares é comum a redução no número de audiências, por se tratar de ano eleitoral (Barros; Monteiro; Santos, 2018), o que explica as variações entre anos pares e ímpares. Constatado o aumento na quantidade de interações, a atenção da presente pesquisa se volta para o conteúdo

dessa participação, ou seja, uma vez que os indivíduos participaram mais durante a pandemia, isso também afetou a forma como eles participaram?

Concentrando-se a partir de agora no período da 56ª Legislatura, antes da análise do conteúdo das interações durante a pandemia, é importante analisar outros aspectos relativos às audiências interativas. Conforme dados extraídos do e-Monitor, foi possível consolidar as informações sobre as audiências realizadas, que foram segregadas com base nos períodos antes da pandemia, durante a pandemia, e pós-pandemia. Como se tratam de períodos compostos por quantidade de meses diferentes (aproximadamente 14 meses antes da pandemia; 25 meses durante a pandemia; e 4 meses no pós-pandemia), adotou-se o critério de **média mensal**¹¹ para análise e para a comparação dos dados, conforme Gráfico 3 abaixo (para dados brutos, ver Apêndice A).

Gráfico 3 – Comparação da média mensal dos dados gerais



¹¹ Para o cálculo da média mensal, foram desconsiderados os meses de janeiro (mês de recesso na Câmara dos Deputados), porque nesses meses não foi realizada nenhuma audiência interativa, exceto para novos usuários, uma vez que isso independe de a Câmara dos Deputados estar em recesso ou não. Os demais períodos de recesso (18 a 31 de julho; 23 a 31 de dezembro) não foram desconsiderados para o cálculo da média porque há registro de audiências interativas realizadas nesses períodos.

Fonte: elaboração própria, 2023.

Preliminarmente, esclareça-se que, conforme dados do portal e-Democracia, há duas formas de um participante se manifestar durante uma audiência interativa. A primeira é por meio de mensagens, que são manifestações livres sobre o tema em debate, registradas no campo “BATE-PAPO” (constam do lado direito na Figura 1 acima; no relatório gerado pelo e-Monitor, aparecem no campo “mensagens”). A segunda é por meio de perguntas, que são questionamentos feitos pelos participantes, registrados no campo “PERGUNTAS” (constam do lado esquerdo na Figura 1 acima; no relatório gerado pelo e-Monitor, aparecem no campo “perguntas”). Adicionalmente, votos são o apoio dos participantes a perguntas feitas pelos demais. Quantos aos envolvidos, participantes são usuários ativos que entram nas audiências e participam delas, e usuários são aqueles que possuem contas cadastradas no sistema¹², independentemente de participarem das audiências ou não.

Quantos às audiências interativas, antes da pandemia foram realizadas 556 audiências, em uma média mensal de 40 audiências; durante o período da pandemia foram realizadas 897 audiências, com média mensal de 37 audiências; já no pós-pandemia, foram realizadas 212 audiências, com uma média mensal de 42 audiências. Na prática, houve uma queda de 8% na média mensal de audiências interativas realizadas durante a pandemia em comparação ao período antes da pandemia; em contrapartida, houve um aumento de 14% na média mensal das audiências interativas realizadas no pós-pandemia em relação ao período durante a pandemia. Assim, é possível observar uma queda na média mensal de audiências realizadas durante a pandemia, o que pode ser justificado pelo fato de as comissões permanentes não terem funcionado em 2020 (conforme informações da Câmara dos Deputados), tendo suas atividades sido retomadas em 15 de março de 2021, o que pode ter impactado na quantidade de audiências interativas realizadas no período, especialmente no ano de 2020.

Em sentido contrário, em relação aos dados gerais das audiências realizadas, apesar da diminuição na média mensal do número de audiências interativas durante a pandemia, todos os dados relativos a elas aumentaram nesse período, como pode ser observado no Gráfico 3 acima. Em relação às **mensagens** postadas durante a pandemia, a média mensal foi de 1.455 mensagens, contra uma média mensal de 487 mensagens antes da pandemia, e 389 no período

¹² Fonte: <https://paper.dropbox.com/doc/Audiencias-Interativas-Guia-de-Administracao-UVUBFuDKlmsx8qLsB8aJq>. Acesso em: 27 ago. 2022.

pós-pandemia. Observe-se que houve um aumento de 199% na postagem de mensagens durante a pandemia em comparação com o período antes da pandemia (Gráfico 3), enquanto houve uma diminuição de 73% no pós-pandemia em comparação com o período durante a pandemia (Gráfico 3).

Quanto às **perguntas** feitas, a média mensal também foi maior durante a pandemia, com 323, em contraposição à média mensal de 217 perguntas antes da pandemia, o que representa um aumento de 49% na média mensal de perguntas (Gráfico 3). Já no pós-pandemia, a média mensal foi de 167 perguntas, ou seja, houve uma queda de 48% na média mensal de perguntas se comparado com o período da pandemia (Gráfico 3). Movimento similar de aumento também ocorreu quanto aos **votos**, uma vez que a média mensal durante a pandemia foi de 1.209 votos, ou 107% a mais que a média mensal de antes da pandemia, período no qual a média mensal foi de 583 votos (Gráfico 3); em sentido contrário, no período pós-pandemia, a média mensal de votos diminuiu para 401, ou 67% a menos se comparado com a média mensal do período durante a pandemia (Gráfico 3).

Cabe pontuar que, segundo Relatório de Gestão da Câmara dos Deputados de 2021, houve adoção de ações para incentivar a participação dos indivíduos, diante do cenário pandêmico que limitou as possibilidades de participação da sociedade. Conforme informações da Coordenação de Relacionamento, Inteligência e Participação, da Diretoria Executiva de Comunicação e Mídias Digitais da Câmara dos Deputados (CORIP/DIREX), em 2021, houve divulgação de 55 audiências interativas com debates de temas relevantes por e-mail e pelas redes sociais institucionais¹³, ou seja, abarcando público externo, sendo que, para essas audiências, observou-se 97,7% mais participantes e 92,8% mais perguntas que a média das audiências não divulgadas.

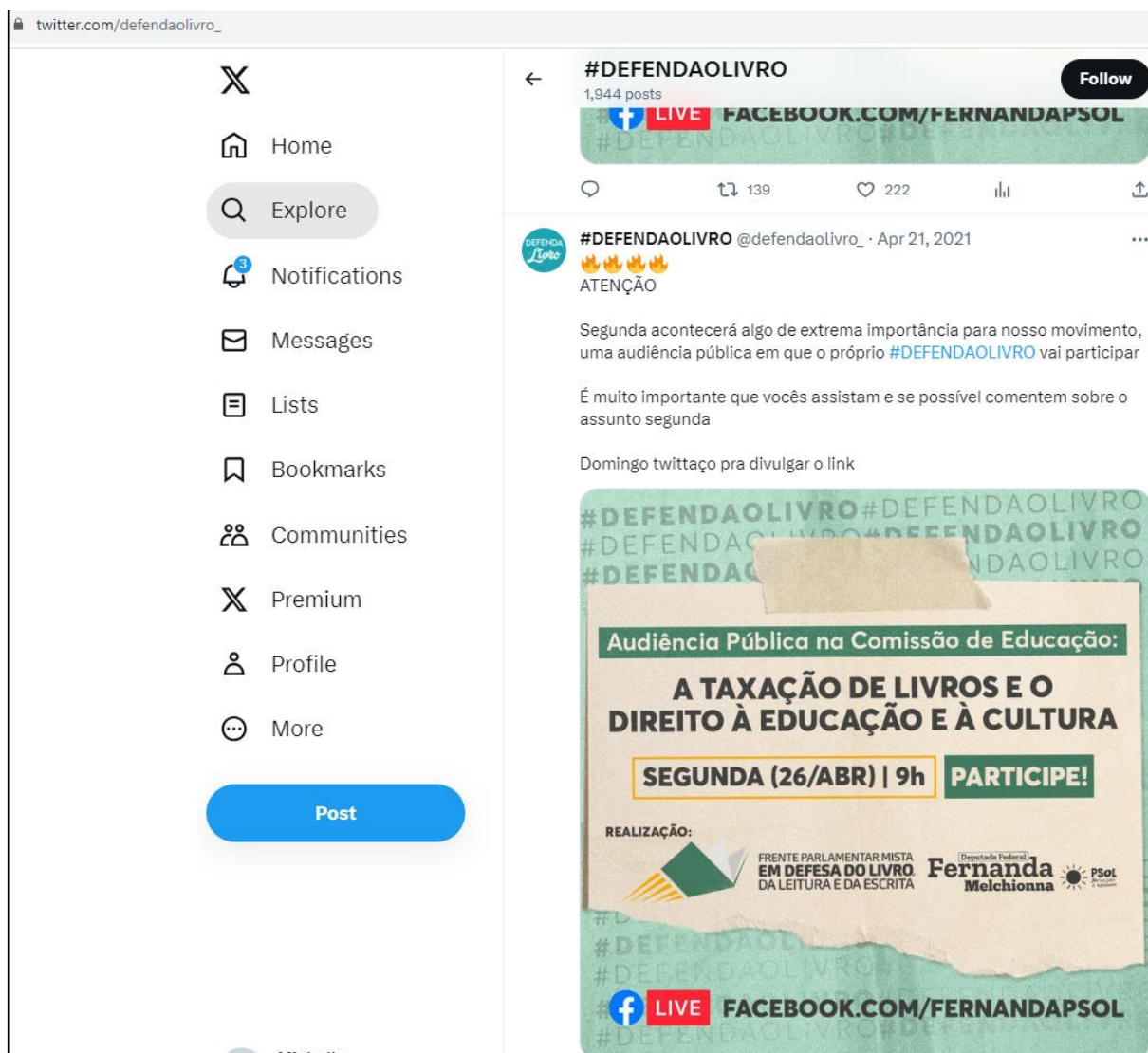
Adicionalmente, segundo dados da CORIP/DIREX, o mesmo trabalho de divulgação foi feito com 73 audiências em 2022¹⁴. Com o trabalho realizado de divulgação das audiências e com os resultados apontados no Relatório de Gestão da Câmara dos Deputados de 2021, poder-se-ia supor que as audiências divulgadas foram aquelas com mais interações dos participantes (considerando-se mensagens e perguntas). No entanto, ao se selecionar as

¹³ Ver Anexo A para lista de audiências divulgadas. Segundo informações da CORIP, os critérios para divulgação de audiências interativas foram: assuntos mais abrangentes ou com maior potencial de interesse do público, com base no critério de comunicação pública; um evento por comissão por semana, no máximo; um disparo para o mesmo mailing por semana, no máximo, para evitar saturamento (informações de 5 de julho de 2023).

¹⁴ Ver Anexo A para lista de audiências divulgadas.

audiências com mais interações (ver Tabela 3 abaixo) no período durante a pandemia, entre as cinco primeiras colocadas, apenas uma das audiências foi divulgada pela CORIP/DIREX, “Recomendações para o aperfeiçoamento da política”, de 12/4/2022, que foi a segunda com mais interações dos participantes. Entre as audiências divulgadas no período pós-pandemia, a primeira a aparecer na lista em número de interações foi a sexta colocada, “Debater o reajuste dos Servidores Públicos Federais”, de 24/5/2022, sendo que as demais audiências divulgadas ficaram em colocações esparsas na lista de audiências com mais interações. Não existe, portanto, um padrão que relacione as audiências divulgadas pela CORIP/DIREX e sua melhor colocação entre aquelas com mais interações dos participantes, o que indica que os motivos para participação são outros, não necessariamente relacionados à divulgação feita pela CORIP/DIREX.

Nesse ponto, é relevante destacar o evento “A taxação de livros e o direito à educação e à cultura”, realizado pela Comissão de Educação, em 26 de abril de 2021 (Tabela 1 abaixo). Essa audiência foi a que se destacou com mais perguntas e mensagens no período durante a pandemia, e não consta da lista de eventos divulgados pela CORIP/DIREX. Ao se realizar uma simples busca na *internet*, constata-se que houve mobilização da sociedade civil em torno do tema. O perfil @defendaolivro_ (presente no Instagram e no Twitter), autodefinido como “[p]erfil oficial do movimento contra a taxação de livros no Brasil”, fez divulgação da audiência antes e durante sua realização. A primeira postagem no perfil sobre a audiência remonta ao dia 21 de abril de 2021, conforme imagem abaixo.



Fonte: https://twitter.com/defendaolivro_.

No dia da audiência, o seguinte chamamento foi postado: “Não se esqueçam de usar a hashtag #audienciadolivro E COMPARTILHAR O LINK DA AUDIÊNCIA (...), lembrando que a prioridade é ASSISTIR a audiência, a tag é um suporte para chamar atenção!!”. A mensagem #DefendaOLivro, relacionada ao tema, ficou entre os *trending topics* no Twitter. Adicionalmente, foi criado um abaixo-assinado no site Change.org, que contou com 1.445.036 assinaturas, em posicionamento contrário ao tema do projeto. Nessa audiência específica, percebe-se que seu destaque em termos participativos decorreu de divulgação e engajamento externo, o que indica que a divulgação feita pela Câmara dos Deputados é importante, mas não é o único motivo (ou mesmo o mais relevante) para incentivo à participação nas audiências.

Esse movimento externo ocorrido na audiência se alinha à constatação de que alguns grupos são capazes de mobilização em plataformas digitais, como Whatsapp ou Twitter, ou mesmo Instagram, como no presente caso, para participar de eventos políticos (Chagas *et al.*, 2022)

Ainda que tenha ocorrido a divulgação de determinadas audiências nos períodos durante e pós-pandemia, e que, segundo Relatório de Gestão da Câmara dos Deputados de 2021, a divulgação tenha gerado aumento nas interações (mensagens e perguntas) e visualizações das audiências divulgadas, as audiências divulgadas pela Câmara dos Deputados não foram necessariamente as que tiveram maior quantidade de interações (mensagens e perguntas) nas audiências. Ademais, a audiência interativa com mais participação durante a pandemia (“A taxação de livros e o direito à educação e à cultura”) teve divulgação externa, com perfis em redes sociais voltados para mobilização do público interessado, com chamamento para que cidadãos participassem. Essa discrepância de resultados entre as divulgações institucional - pela equipe de comunicação da Câmara - e externa - por outros atores políticos - pode indicar a necessidade de aprimoramento na divulgação institucional ou que a divulgação externa, feita por grupos interessados na pauta pode ser mais efetiva que a institucional, aspecto que depende de estudos mais aprofundados para conclusões mais assertivas.

De modo resumido, apesar da diminuição da média mensal de audiências realizadas durante a pandemia, todos os demais dados relativos à interação dos participantes aumentaram. Além disso, os dados do pós-pandemia estão mais próximos dos dados de antes da pandemia, o que indica que a pandemia contribuiu para aumento na interação dos eventos apenas durante esse período. Esse pico de participação durante a pandemia destoa do padrão que vinha sendo observado nos períodos anteriores (Gráfico 2).

Ou seja, as condições reunidas na pandemia possibilitaram o incremento na quantidade de ações praticadas pelos participantes naquele período. Os dados podem indicar arrefecimento das barreiras à participação detectadas na literatura (Marques, 2008; Freitas; Lima; Lima, 2015; Faria, 2012), ou eventualmente aumento de interesse dos participantes no parlamento durante a pandemia, o que estaria alinhado com os resultados apontados pelo *Inter-Parliamentary Union* (2022), ou mesmo a migração do público que atuava presencialmente para o ambiente virtual, temas que ficam como sugestão para pesquisas futuras.

4.2 PARTICIPANTES

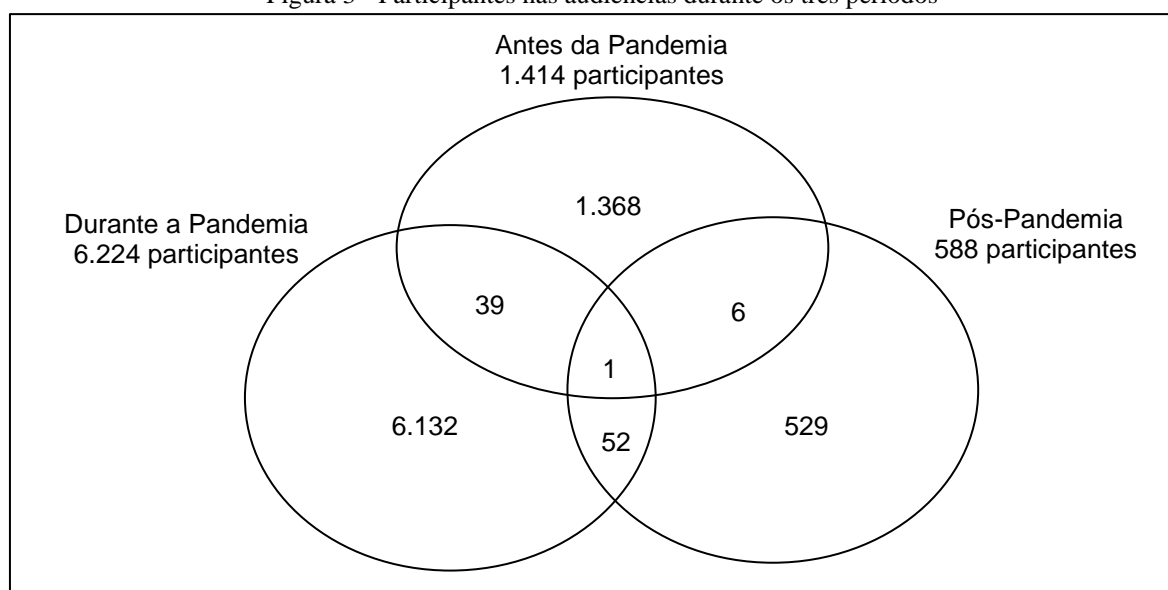
Em relação a **novos usuários e participantes**, também houve aumento da média mensal durante a pandemia. Quanto a **novos usuários**, a inscrição na ferramenta durante a pandemia registrou aumento: a média mensal de novos usuários foi de 638, o que significa 23% a mais que no período antes da pandemia, quando a média mensal de novos usuários foi de 518 (Gráfico 3); em sentido contrário, no pós-pandemia houve queda na média mensal para 450, ou 30% a menos que durante a pandemia (Gráfico 3).

No que diz respeito aos **participantes**, a média mensal nas audiências durante a pandemia foi de 520 participantes, ou 96% a mais que no período antes da pandemia, quando a média mensal de participantes foi de 265 (Gráfico 3); no pós-pandemia percebe-se queda na média mensal de participantes para 301, ou 42% a menos que no período durante a pandemia (Gráfico 3). Aqui, cabe ressaltar que, além de integrantes da sociedade civil, também é possível encontrar nas audiências usuários que são assessores de deputados estaduais e federais, assessores de vereadores, assessores de órgãos do executivo federal, estadual e municipal, o que demonstra que as audiências interativas interessam, também, a outros atores sociais além dos organizadores e cidadãos¹⁵.

Ao segregar os participantes por períodos percebe-se que, dos usuários que postaram mensagens nas audiências, 1.414 o fizeram antes da pandemia, 6.224 durante a pandemia e 588 no período pós-pandemia (Figura 3 abaixo). Pela análise do nome dos participantes (*username*), percebe-se que apenas um participante postou mensagem nos três períodos, 39 postaram mensagens antes e durante a pandemia, 52 usuários enviaram mensagens durante e após a pandemia, e apenas 6 usuários postaram mensagens no período anterior à pandemia e no pós-pandemia.

¹⁵ A seguir, alguns exemplos de segmentos institucionais ou do poder público: assessoria da Vereadora Gilsa Santos - PT Governador Valadares MG (audiência com identificador 2588); assessoria de Assuntos Parlamentares do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI (audiência com identificador 1775); integrante da Equipe da Secretaria Municipal da Educação de Marilândia (audiência com identificador 2101); assessoria Parlamentar da Deputada Enfermeira Rejane Rio de Janeiro (audiência com identificador 1843).

Figura 3 - Participantes nas audiências durante os três períodos



Fonte: elaboração própria, 2023.

Ainda quanto aos participantes, ao se verificar desde quando eles estão cadastrados, 96% dos participantes durante a pandemia, ou 6.003 deles, entraram na ferramenta entre 2019 e 2022 (o maior volume de entrada foi em 2021, com 4.753 participantes, ou 76% do total). Isso significa que não eram cidadãos que já estavam cadastrados na ferramenta antes da pandemia e começaram a participar durante a pandemia, e sim aqueles que não tinham acessado a ferramenta, até então, e entraram na ferramenta justamente no período em que participaram das audiências. O mesmo movimento de novos participantes ocorreu no período pós-pandemia, porque, do total de 588 participantes do período, 493 deles, ou o equivalente a 84%, entraram na ferramenta em 2022.

Em síntese, a maioria dos participantes que atuou nas Audiências Interativas durante a pandemia também se cadastrou e se manifestou pela primeira vez durante esse período, o que indica que as condições reunidas na pandemia permitiram o acesso às audiências de um público, em tese, completamente novo, diferente daquele que participava das audiências antes. Essa renovação de participantes é interessante fonte de pesquisa para se averiguar se houve alteração no perfil daqueles que utilizam ferramentas digitais, que vinha, até o advento da pandemia, seguindo padrão similar ao da participação presencial, de homens, com maior grau de escolaridade e profissionalmente ativos, e mais jovens (Almeida, 2022; Schlegel, Rogério; 2009). Apenas com os dados do portal e-Democracia, no entanto, não é possível fazer esse levantamento, pois o portal não obrigava o preenchimento de dados pessoais, e perguntas sobre

preferências políticas, por exemplo, dependeriam de entrevistas dos participantes, o que foge ao escopo do presente trabalho.

Outro ponto a ser observado é a quantidade de participantes que atuaram tanto durante quanto no pós-pandemia. Foram identificados 53 participantes que estiveram em ambos os períodos, o que representa 9% dos participantes do período pós-pandemia que já estavam ativos durante a pandemia. Esse número é maior do que o de participantes que atuaram antes e durante a pandemia, que foram 40, representando apenas 1% dos participantes que foram atuantes antes da pandemia e permaneceram ativos durante esse período. Isso pode indicar que alguns participantes, em percentual maior que nos períodos anteriores, que estavam ativos durante a pandemia mantiveram o interesse pelo debate virtual após o conhecimento dessa modalidade e permaneceram atuantes na ferramenta.

4.3 TEMAS MAIS COMENTADOS PELOS PARTICIPANTES

Antes de tratar dos temas mais comentados, cabe pontuar a atuação das comissões/órgãos e temas pautados para debate. Entre as comissões mais atuantes na ferramenta Audiências Interativas no período da pesquisa, as dez primeiras em cada período foram responsáveis por mais de 60% das audiências realizadas, conforme Tabela 1 abaixo. A maioria das audiências foi realizada por comissões permanentes, com exceção do período durante a pandemia, no qual a comissão mais atuante foi a Comissão Externa de Ações Contra o Coronavírus (CEXCORVI), período marcado, também, pela atuação de outros órgãos que não comissões permanentes, como Secretaria da Mulher (SECMULHER), Câmara dos Deputados - Evento (EVENTOS)¹⁶ e Centro de Estudos e Debates Estratégicos (CEDES)¹⁷.

Antes da pandemia, a comissão mais atuante foi a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), com 62 audiências, o que representa 11% do total de 556 audiências realizadas; de modo sucinto, essa comissão trata de temas relativos à saúde, à previdência e à assistência social em geral. Durante a pandemia, a CEXCORVI, criada para tratar de temas relativos à Covid-19, foi responsável pela maior quantidade de audiências, tendo realizado 107 delas, ou

¹⁶ Estão reunidos nessa classificação vários eventos realizados pela Câmara dos Deputados. Nos dados constantes do e-Democracia não aparece o nome do órgão solicitante. A seguir, alguns exemplos de eventos realizados nessa classificação: “EC 86/2015 e EC. Palestrante: Ricardo Volpe - CONOF”, de 15/8/2019; “O papel dos educadores na prevenção do suicídio de crianças e adolescentes”, de 4/12/2019; “Ciclo de Debates Públicos Virtuais: Lei de combate às Fake News”, composto de 11 eventos, realizados entre 13/7/2020 a 7/8/2020.

¹⁷ Para tabela completa de comissões, ver APÊNDICE B.

o equivalente a 12% do total de 897 do período. No pós-pandemia, a Comissão de Legislação Participativa (CLP), que atua em sugestões de iniciativa legislativa apresentadas pela sociedade civil (art. 32, XII, 'a', do RICD), foi a mais atuante, com realização de 25 audiências, o que corresponde a 12% do total de 212 audiências do período.

Tabela 1 - Comissões mais atuantes por período

	Sigla Comissão	Quantidade de Audiências	Tipo de comissão/órgão
Antes pandemia Correspondente a 73% das audiências realizadas no período	CSSF	62	Comissão Permanente
	CMADS	50	Comissão Permanente
	CLP	49	Comissão Permanente
	CE	46	Comissão Permanente
	CTA SP	41	Comissão Permanente
	CPD	37	Comissão Permanente
	CESPO	36	Comissão Permanente
	CINDRA	30	Comissão Permanente
	CDC	28	Comissão Permanente
	CCTCI	26	Comissão Permanente
Durante Pandemia Correspondente a 65% das audiências realizadas no período	CEXCORVI	107	Comissão Externa
	CSSF	88	Comissão Permanente
	CE	58	Comissão Permanente
	CLP	57	Comissão Permanente
	SEMULHER	53	Órgão
	EVENTOS	52	Outros
	CDHM	50	Comissão Permanente
	CPD	45	Comissão Permanente
	CIDOSO	43	Comissão Permanente
	CEDES	27	Órgão
Pós-Pandemia Correspondente a 66% das audiências realizadas no período	CLP	25	Comissão Permanente
	CDHM	20	Comissão Permanente
	CTA SP	17	Comissão Permanente
	CESPO	13	Comissão Permanente
	CSSF	13	Comissão Permanente
	CE	11	Comissão Permanente
	CFFC	10	Comissão Permanente
	CIDOSO	10	Comissão Permanente
	CPD	10	Comissão Permanente
	CVT	10	Comissão Permanente

Fonte: elaboração própria, 2023.

Ao se observar os temas em debates nas audiências (Tabela 2 abaixo), antes da pandemia o destaque foi para saúde, correspondente a 15% dos temas propostos (81 audiências), seguido de meio ambiente, com 12% (66 audiências), e educação, objeto de 10% dos eventos (58 audiências). Durante a pandemia a maior parte das audiências tratou de Covid-19, tema principal em 20% dos eventos (177 audiências), e, na sequência, os temas com mais destaque foram educação, com 10% (89 audiências), saúde (82 audiências) e mulher (81 audiências), cada um correspondendo a 9% dos eventos. Em seguida, no pós-pandemia, os assuntos mais pautados por comissões/órgãos foram saúde, em 10% dos eventos (22 audiências), administração pública (18 audiências), educação (16 audiências) e meio ambiente (16 audiências), cada uma correspondendo também a 10% dos eventos.

Ao se aprofundar nos aspectos abordados em cada tema, constata-se que eles são variados, dificultando a categorização em poucos subtemas, mas é importante pontuar os mais recorrentes em cada tema, para se ter uma noção das discussões propostas pela Câmara dos Deputados. Antes da pandemia, os eventos sobre o tema saúde focaram em doenças em geral (21 audiências), medicamentos/cannabis (10 audiências), e medicamentos (8 audiências). Os eventos sobre meio ambiente versaram sobre agrotóxicos (6 audiências) e desenvolvimento sustentável (5 audiências). Quanto à educação, os subtemas com mais ocorrência foram financiamento/recursos (9 audiências), profissionais (4 audiências) e universidades (3 audiências).

Durante a pandemia, para o tema Covid-19, os aspectos mais abordados por comissões/órgãos foram enfrentamento (35 audiências), vacina (29 audiências) e saúde (15 audiências). A abordagem do segundo tema, educação, foi predominantemente nos aspectos de tecnologia/ inovação (8 audiências), profissionais (7 audiências) e financiamento/recursos (7 audiências). Quanto ao terceiro tema, saúde, as audiências trataram especialmente sobre doenças em geral (18 audiências) e planos de saúde (8 audiências). Sobre o último tema, mulher, os aspectos com destaque nos eventos foram violência contra a mulher (17 audiências), política (14 audiências), eventos (12 audiências). Sobre o subtema violência contra a mulher, importa ressaltar que ele também foi o aspecto mais abordado no tema mulher antes da pandemia, estando presente em 6 audiências, e no pós-pandemia, em 4 audiências.

No pós-pandemia, no tema saúde, os subtemas mais debatidos foram sobre medicamentos (4 audiências), planos de saúde (3 audiências) e saúde mental (2 audiências). Sobre administração pública, os subtemas mais pautados foram órgãos/entidades (9

audiências), servidores (4 audiências) e privatização (3 audiências). Em educação, os destaques ficaram com financiamento/recursos (3 audiências) e tecnologia/ inovação (2 audiências). Por último, sobre o meio-ambiente, o tema mais recorrente foi mineração (2 audiências).

Apesar da dispersão dos aspectos abordados em cada grupo de temas, nota-se que saúde e educação estão presentes nos três períodos, tendo Covid-19 ganhado destaque após seu surgimento. Ainda, sobre saúde, os aspectos mais abordados também são recorrentes, a exemplo de debates sobre doenças em geral (a exemplo do evento “Programa Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme”, realizado pela CSSF, em 23/10/2019) ou planos de saúde (a exemplo da audiência “Reajuste dos planos de saúde”, realizada pela CDC, de 14/6/2022).

Quanto ao tema educação, os subtemas também se repetem, como financiamento/recursos (a exemplo da audiência “Financiamento da Educação Básica: qualidade, eficiência e equidade”, realizada pela CE, em 25/4/2019), profissionais (a exemplo do evento “Formação dos Profissionais da Educação”, da CE, de 9/7/2019) ou tecnologia/ inovação (a exemplo da audiência “Cases bem-sucedidos na implantação de tecnologias na educação”, realizada pelo CEDES, em 16/12/2021). Esses padrões de temas indicam a linha de pauta de audiências seguidas pela Câmara dos Deputados. Vale ressaltar que boa parte dos temas está inserida nas competências da CSSF e da CE, comissões com significativa atuação na ferramenta Audiências Interativas, conforme Tabela 1 acima.

	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Administração Pública	28	5%	37	4%	18	8%	83	5%
Agropecuária	0	0%	3	0%	0	0%	3	0%
Água	1	0%	1	0%	1	0%	3	0%
Alimentação	3	1%	1	0%	1	0%	5	0%
Animais	2	0%	1	0%	1	0%	4	0%
Arbitragem	1	0%	0	0%	0	0%	1	0%
Assistência Social	1	0%	5	1%	0	0%	6	0%
Censo	0	0%	1	0%	0	0%	1	0%
Cidades Inteligentes	2	0%	3	0%	0	0%	5	0%
CLP	1	0%	0	0%	0	0%	1	0%
Conectividade	0	0%	2	0%	0	0%	2	0%
Constituição Federal	1	0%	0	0%	0	0%	1	0%
Consumidor	13	2%	10	1%	1	0%	24	1%
Cooperativismo	1	0%	0	0%	0	0%	1	0%
Corrupção	0	0%	1	0%	0	0%	1	0%
Covid-19	0	0%	177	20%	4	2%	181	11%
Crianças e Adolescentes	12	2%	14	2%	7	3%	33	2%
Cultura	6	1%	5	1%	1	0%	12	1%
Desemprego	0	0%	1	0%	0	0%	1	0%
Desenvolvimento Urbano	3	1%	7	1%	0	0%	10	1%
Desporto	37	7%	28	3%	11	5%	76	5%
Direitos Humanos	4	1%	39	4%	10	5%	53	3%
Dívida Pública	0	0%	1	0%	0	0%	1	0%
Economia	6	1%	15	2%	6	3%	27	2%
Educação	58	10%	89	10%	16	8%	163	10%
Empreendedorismo	1	0%	0	0%	0	0%	1	0%
Energia	12	2%	8	1%	6	3%	26	2%
Evento	0	0%	2	0%	0	0%	2	0%
Fake News	1	0%	11	1%	1	0%	13	1%
Família	1	0%	3	0%	1	0%	5	0%
Fiscalização/Controle	1	0%	0	0%	2	1%	3	0%
Indefinido	1	0%	0	0%	0	0%	1	0%
Indústria	0	0%	1	0%	0	0%	1	0%
Institucional Câmara dos Deputados	2	0%	9	1%	0	0%	11	1%
Inteligência Artificial	0	0%	1	0%	0	0%	1	0%
Lei de Acesso à Informação	0	0%	0	0%	2	1%	2	0%
Lei Seca	0	0%	1	0%	0	0%	1	0%
Marco Civil da Internet	0	0%	2	0%	0	0%	2	0%
Meio Ambiente	66	12%	57	6%	16	8%	139	8%
Migração	0	0%	2	0%	1	0%	3	0%
Moedas Virtuais	9	2%	0	0%	0	0%	9	1%
Mulher	19	3%	81	9%	17	8%	117	7%
Obras Inacabadas	1	0%	0	0%	0	0%	1	0%
Ouvidoria	1	0%	0	0%	0	0%	1	0%
Participação Popular	6	1%	4	0%	0	0%	10	1%
Pesca	1	0%	0	0%	3	1%	4	0%
Pesquisa	3	1%	3	0%	0	0%	6	0%
Pessoa Idosa	19	3%	36	4%	8	4%	63	4%
Pessoas Com Deficiência	26	5%	27	3%	6	3%	59	4%
Política	2	0%	18	2%	9	4%	29	2%
Políticas Públicas	13	2%	8	1%	5	2%	26	2%
Precatórios	0	0%	1	0%	0	0%	1	0%
Religião	0	0%	4	0%	0	0%	4	0%
Saneamento	10	2%	4	0%	0	0%	14	1%
Saúde	81	15%	82	9%	22	10%	185	11%
Segurança Nacional	1	0%	2	0%	0	0%	3	0%
Segurança Pública	16	3%	19	2%	1	0%	36	2%
Tecnologia/Inovação	9	2%	7	1%	4	2%	20	1%
Telecomunicações	9	2%	3	0%	2	1%	14	1%
Trabalho	42	8%	23	3%	14	7%	79	5%
Trabalho	0	0%	4	0%	0	0%	4	0%
Transporte	20	4%	33	4%	15	7%	68	4%
Tributário	3	1%	0	0%	0	0%	3	0%
Total	556	100%	897	100%	212	100%	1.665	100%

Fonte: elaboração própria, 2023.

Na ponta contrária, ao se analisar a participação dos cidadãos, as cinco audiências com maior quantidade de interações por período foram as que constam da Tabela 3 abaixo. Antes da pandemia, os temas mais debatidos foram diversificados, sendo que a audiência “Debater a Alienação Parental”, realizada pela CSSF, em 9/4/2019, foi a que mais teve manifestações dos cidadãos. Durante a pandemia, o maior índice de manifestação aconteceu de forma mais centrada em um assunto, educação, que foi debatido nas audiências “A taxação de livros e o direito à educação e à cultura”, realizada pela CE, em 26/4/2021, “Recomendações para o aperfeiçoamento da política”, realizada pela Comissão Especial PL 6461/19 - Estatuto do Aprendiz, em 12/4/2022, e “Educação Bilíngue de Surdos”, realizada pela CPD, em 12/7/2021. No pós-pandemia, os temas com mais interações voltaram a ser pulverizados, e a audiência com mais interações foi “Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana”, realizada pela CLP, em 30/6/2022.

Tabela 3 - Temas com mais participação dos cidadãos por período

	Sigla Comissão	Tema	Data de Realização	Quantidade de mensagens + perguntas
Antes de Pandemia	CSSF	Debater a Alienação Parental (sala 838*)	09/04/2019	361
	PL230315	Regular Moedas Virtuais (sala 1238*)	25/09/2019	270
	PL039915	Medicamentos Formulados com Cannabis (sala 1480*)	10/12/2019	253
	CLP	Reforma Administrativa (sala 1454*)	26/11/2019	229
	PL039915	Medicamentos Formulados com Cannabis (sala 1428*)	26/11/2019	185
Durante a pandemia	CE	A taxação de livros e o direito à educação e à cultura (sala 1797*)	26/04/2021	2397
	PL646119 (Estatuto do Aprendiz)	Recomendações para o aperfeiçoamento da política (sala 2618*)	12/04/2022	2387
	CPD	Educação Bilingue de Surdos (sala 2041*)	12/07/2021	1686
	EVENTOS	Olhar Internacional: O uso medicinal do Canabidiol (sala 1635*)	16/09/2020	1165
	CIDOSO	Gerontologia e sua importância na realidade brasileira (sala 1884*)	10/06/2021	814
Pós-Pandemia	CLP	Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (sala 2814*)	30/06/2022	90
	CLP	Fadiga Crônica (sala 2730*)	06/06/2022	79
	CDHM	Instalação de termelétricas a gás na Baía de Sepetiba (RJ) (sala 2849*)	03/08/2022	66
	CLP	Impactos da mineração na Serra do Curral/MG (sala 2655*)	17/05/2022	64
	PL646119	Os desafios da aprendizagem numa perspectiva de inclusão social (sala 2622*)	26/04/2022	54

*O número de sala é o identificador das audiências em alguns relatórios prontos obtidos nas APIs do e-Monitor.
Fonte: elaboração própria, 2023.

Da análise conjunta dos dados de comissões/órgãos mais atuantes por período (Tabela 1 acima), dos temas mais pautados por comissões/órgãos (Tabela 2 acima), e dos temas com mais participação dos cidadãos por período (Tabela 3 acima), nota-se que a atuação mais ativa de uma comissão, ou a recorrência de um tema nas audiências realizadas, não significa

que essas audiências tenham mais interação por parte dos participantes. Exceto pelo período pós-pandemia, no qual a CLP foi a comissão mais atuante e três das audiências com mais participação dos cidadãos foram realizadas por ela, nos outros dois períodos (durante a pandemia e antes da pandemia), as audiências com mais participação não foram realizadas pelas comissões que mais realizaram audiências (Tabela 1), nem estão na lista dos assuntos mais pautados nos eventos (Tabela 2). Nos eventos realizados durante a pandemia, nenhuma das cinco com maior quantidade de interações versa sobre tema diretamente relacionado a Covid-19, apesar de ser o assunto de maior interesse e de debate à época; de a CEXCORVI ter sido a responsável por realizar a maior quantidade de audiências no período (Tabela 1); e de esse ter sido o tema com maior percentual de audiências realizadas (Tabela 2); e antes da pandemia, apenas a primeira audiência com mais interação foi realizada pela CSSF (comissão mais atuante nesse período, conforme Tabela 1), e o tema não está entre os com mais participação no período (Tabela 3).

Conclusões similares são observadas ao se observar os termos mais citados pelos cidadãos durante as audiências¹⁸. Antes da pandemia, as palavras mais citadas nas audiências foram “prece”, “pessoas”, “crianças”, “educação”, “abuso”, conforme demonstrado na Figura 4 a seguir. A sigla PRECE se refere ao Programa de Estímulo e Cooperação na Escola, que foi objeto de audiência realizada pela CE¹⁹, em 27/8/2019. A palavra “pessoas” está em audiências esparsas, não havendo uma audiência específica que mereça destaque. Por outro lado, a palavra “crianças” teve maior frequência nas audiências “Debater a Alienação Parental”²⁰, realizada pela CSSF, em 9/4/2019, que é a audiência com mais interações antes da pandemia (Tabela 3), e na qual também aparece a maior recorrência da palavra “abuso”; e “Educação Domiciliar (Homeschooling)”²¹, realizada pela CE, em 30/5/2019. “Educação” apareceu especialmente nas audiências “Educação Domiciliar (Homeschooling)”²², “Programa de Estímulo e Cooperação

¹⁸ Para as nuvens de palavras, feitas com a ferramenta de frequências de palavras do NVIVO, foram consideradas apenas as mensagens dos cidadãos postadas nas audiências.

¹⁹ Audiência identificada pela sala 1107.

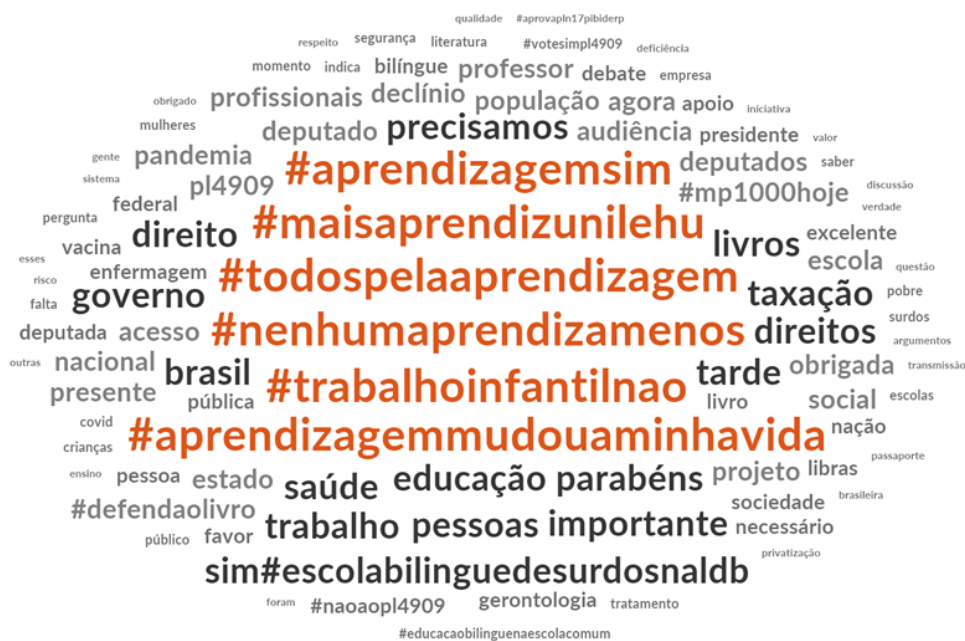
²⁰ Audiência identificada pela sala 838.

²¹ Audiência identificada pela sala 977.

²² Audiência identificada pela sala 977.

educacional acessório do tema do Estatuto do Aprendiz seja pela presença de palavras relacionadas ao tema entre os termos em destaque, a exemplo de “educação” e “livro”.

Figura 5 - Temas mais comentados pelos participantes durante a pandemia



Fonte: elaboração própria, 2023.

O perfil de destaque de palavras relacionados ao mérito dos debates sofreu alterações no pós-pandemia, pois nesse período as palavras mais frequentes foram “tarde”, “parabéns”, “audiência”, que são relacionadas a cordialidades na comunicação cotidiana ou aspectos técnicos das audiências. As palavras “brasil” e “nacional” estão esparsas nas mensagens e não se relacionam diretamente a uma ou algumas audiências.

Palavras relacionadas ao méritos do debate aparecem mais para a frente na lista de termos mais frequentes, e nenhuma delas relacionadas aos temas mais comentados no pós-pandemia, sendo a 6ª “saúde”, relacionada com maior frequência às audiências “Ciclo Olímpico Paris 2024 - Atletismo”²⁶, realizada pela CESP em 17/5/2022, e “Diagnóstico e estimulação precoce para bebês com autismo”²⁷, realizada pela CPD em 6/7/2022; e a 7ª, “mulheres”, palavra citada com mais frequência nas audiências “Seminário Mais Mulheres na Política”²⁸,

²⁶ Audiência identificada pela sala 2645.

²⁷ Audiência identificada pela sala 2810.

²⁸ Audiência identificada pela sala 2717.

comissões/órgãos e cidadãos), em um total de 12% antes da pandemia, enquanto que durante a pandemia e no pós-pandemia esse percentual caiu para zero. Pelo dado, nota-se que, nos dois últimos períodos, todas as audiências tiveram, ao menos, uma manifestação, seja de comissões/órgãos seja dos participantes, conforme Tabela 4 abaixo.

Tabela 4 - Quantidade de audiências sem interações (mensagens e perguntas)

	Antes da Pandemia		Durante a Pandemia		Pós-Pandemia	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Audiências com interações	490	88%	897	100%	212	100%
Audiências sem interações	66	12%	0	0%	0	0%
Total Audiências Realizadas	556	100%	897	100%	212	100%

Fonte: elaboração própria, 2023.

Como salientado anteriormente, as manifestações dos cidadãos podem aparecer em dois campos das Audiências Interativas: “BATE-PAPO”, campo para livre manifestação; e “PERGUNTAS”, no qual os usuários são orientados a postar questionamentos quanto ao tema em debate (Figura 1). Por uma falha na API do e-Monitor, não foi possível coletar o conteúdo de todas as manifestações do campo “PERGUNTAS” ou, ao menos, não foi possível relacioná-las aos períodos da presente pesquisa. O relatório traz aproximadamente 11.000 perguntas, mas parte delas não pode ser relacionada às audiências ou segregadas pelos períodos da pesquisa, por falta de elemento identificador da audiência³⁰, motivo pelo qual não foi incluída a análise de conteúdo das perguntas na presente pesquisa. Por essa razão, a partir de agora, para fins de consolidação e análise de dados, e considerando-se as manifestações dos cidadãos, serão consideradas apenas quantidades e conteúdo das mensagens³¹.

³⁰ A forma de se saber a qual audiência pertence uma mensagem ou pergunta é pelo número da sala da audiência, uma espécie de número da audiência virtual contida no link de transmissão da audiência, e esse dado não pode ser identificado em aproximadamente 3.000 perguntas do relatório gerado pela API do e-Monitor.

³¹ Importante frisar que, das perguntas obtidas pelo relatório, que não serão utilizadas, e passíveis de identificação, 11 (onze) são de comissões, e todas as outras são dos cidadãos. Ainda, essas perguntas possuem teor de orientação ou de informação. Por isso, a exclusão das perguntas da análise de conteúdo tem pouco impacto no que diz respeito à classificação do tipo de conteúdo postado pelas comissões, porque somente 11 (onze) não serão consideradas.

Feita essa ressalva, passa-se à análise da autoria das mensagens publicadas nas audiências. Da análise dos usuários responsáveis pelas postagens, constatou-se que, em algumas audiências, apenas comissões/órgãos foram responsáveis por todas as mensagens de uma audiência. Antes da pandemia, 15% das audiências tiveram exclusivamente manifestação da comissão/órgão, ou seja, nelas não houve qualquer mensagem dos cidadãos. Durante a pandemia, esse montante foi de 23% e, no pós-pandemia, o percentual foi de 28%, conforme dados da Tabela 5 abaixo.

Tabela 5 - Quantidade de audiências com mensagens apenas de comissões/órgãos

	Antes da Pandemia		Durante a Pandemia		Pós-Pandemia	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Audiências com mensagem apenas da comissão	84	15%	207	23%	59	28%
Audiências com mensagem de comissão e usuários	472	85%	690	77%	153	72%
Total de Audiências	556	100%	897	100%	212	100%

Fonte: elaboração própria, 2023.

Adicionalmente, ainda com base na análise sobre o responsável pelas mensagens postadas, constata-se que os cidadãos se manifestaram proporcionalmente mais durante a pandemia, sendo responsáveis por 91% das mensagens postadas, enquanto esse percentual foi de 75% antes da pandemia, e de 73% no pós-pandemia, conforme Tabela 6 abaixo.

Tabela 6 - Quem postou mensagens nas audiências

	Antes da Pandemia		Durante a Pandemia		Pós-Pandemia	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Mensagens de Comissões	1.728	25%	3.126	9%	531	27%
Mensagens de Usuários	5.089	75%	31.795	91%	1.414	73%
Total de Mensagens	6.817	100%	34.921	100%	1.945	100%

Fonte: elaboração própria, 2023.

Analisando-se especificamente as audiências realizadas antes da pandemia, ao se somar a quantidade de audiências sem interações (em um total de 66 - Tabela 4) com as audiências com mensagens apenas de comissões/órgãos (em um total de 84 - Tabela 5), conclui-se que os cidadãos não se manifestaram em um total de 150 audiências, o que corresponde a 27% de todas as realizadas no período. Quanto aos períodos durante a pandemia e pós-pandemia, não houve audiências sem interações (Tabela 5) e, quanto às audiências com mensagens apenas de comissões/órgãos, foram 23% durante a pandemia e 28% no pós-pandemia. Isso significa que o menor percentual de audiências sem manifestações dos cidadãos aconteceu durante a pandemia, com 23%. Essa constatação, aliada ao fato de que 91% das mensagens foram postadas por cidadãos (Tabela 6) durante a pandemia, sugere que os cidadãos participaram mais nesse período que nos demais, o que se mostra alinhado com o aumento do interesse e de demanda por engajamento durante a pandemia, conforme apontados pelo *World e-Parliament Report 2022* (p. 16).

Uma vez constatado um aumento proporcional de participação dos cidadãos durante a pandemia, resta avaliar se houve alteração na forma de participar, pela análise da natureza das mensagens postadas nas audiências. Para essa finalidade, as mensagens foram divididas em dois grandes grupos: o das comissões/órgãos, que são os solicitantes das audiências e que atuam em sua organização; e o dos cidadãos, que abrange as mensagens dos demais participantes.

Quanto às comissões/órgãos, para além de atuarem como solicitantes e organizadores dos eventos, eles também postam mensagens, atuando como mediadores, de forma a facilitar ou orientar os procedimentos nas audiências. Em estudo feito por Pereira, Bernardes e Vale (2022), os autores constataram que a moderação nas Audiências Interativas é feita de forma

mista, sendo automatizada em momento anterior à publicação da mensagem pelos participantes, com capacidade de “filtrar palavras de baixo calão e palavrões”; e humana, feita por servidores da Câmara dos Deputados, depois que a mensagem é postada (durante a audiência).

Como se observa da Tabela 7 abaixo, a maior quantidade de mensagens postadas por comissões/órgãos foi sobre aspectos técnicos/dinâmica das comissões, correspondendo a 68% do total em todos os períodos; apesar de variação no percentual, o mesmo padrão se repete antes, durante e depois da pandemia. Logo depois, estão as mensagens sobre apresentação/introdução, equivalente a 21% do total de mensagens postadas, seguidas pelas mensagens de cordialidade/saudação, que correspondem a 9% do total. Esses dados são convergentes com os achados de Pereira, Bernardes e Vale (2022), que, ao analisarem as audiências no período de 7/7/2017 a 24/4/2019, concluíram que a principal função exercida pela moderação humana foi de “funções basicamente processuais”, ao tratar sobre abertura, esclarecimentos sobre a dinâmica das audiências e encerramento das audiências.

Ainda quanto a comissões/órgãos, sobre as mensagens que se aproximam do debate do tema, elas correspondem a apenas 1% do total de mensagens, demonstrando a falta de troca sobre os temas em debates entre comissões/órgãos e cidadãos. O sentimento de ausência de participação dos organizadores pode ser observado em postagens como “Pena q não tem um dislike aqui.. audiência"interativa"”³², ou “Isso aqui não é uma audiência interativa???” , o que pode, ao fim, se traduzir em desestímulo à participação, pela falta de reciprocidade ou de sentimento de utilidade da participação feita pelo cidadão.

Quanto aos cidadãos, como se pode observar da Tabela 7 abaixo, cabe pontuar que, nos três períodos, a maior quantidade de mensagens diz respeito ao debate do tema, especificamente para emitir uma opinião ou prestar informação, e o percentual é relativamente parecido, sendo 39% antes da pandemia, 30% durante a pandemia e 35% no pós-pandemia. Note-se, ainda, que houve um aumento considerável na quantidade de mensagens com teor de protesto/reivindicação durante a pandemia, totalizando 29% das mensagens, enquanto esse tipo de mensagem correspondeu a 2% antes da pandemia e 6% no pós-pandemia.

³² Audiência “Pagamentos de Serviços Ambientais, de 8/8/2019, em audiência conjunta das Comissões CAPADR e CMADS (identificação sala 1088).

Tabela 7³³ - Análise qualitativa das mensagens³⁴

Participantes	Tipo de Interação	Antes da Pandemia		Durante a Pandemia		Pós-pandemia		Total todos os períodos	
		Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Comissões / Moderadores	1 Apresentação/Introdução	45	3%	894	29%	211	40%	1.150	21%
	2 Cordialidade/Saudação	171	10%	288	9%	41	8%	500	9%
	3 Aspectos técnicos/Dinâmica das comissões	1.481	86%	1.923	62%	277	52%	3.681	68%
	4 Debate do tema	24	1%	18	1%	1	0%	43	1%
	5 Outros	7	0%	3	0%	1	0%	11	0%
Total		1.728	100%	3.126	100%	531	100%	5.385	100%
Cidadãos	1 Apresentação/Introdução	108	2%	1.249	4%	124	9%	1.481	4%
	2 Cordialidade/Saudação	418	8%	2.216	7%	172	12%	2.806	7%
	3 Aspectos técnicos/Dinâmica das comissões	711	14%	1.465	5%	96	7%	2.272	6%
	4 Debate - elogio	395	8%	2.207	7%	177	13%	2.779	7%
	5 Debate - opinião/informação	1.996	39%	9.413	30%	492	35%	11.901	31%
	6 Debate - crítica/reclamação	351	7%	2.857	9%	88	6%	3.296	9%
	7 Debate - pergunta/dúvida	613	12%	2.210	7%	124	9%	2.947	8%
	8 Debate - sugestão	33	1%	91	0%	6	0%	130	0%
	9 Debate - solicitação/pedido	70	1%	400	1%	21	1%	491	1%
	10 Debate - protesto/reivindicação	123	2%	9.062	29%	81	6%	9.266	24%
	11 Debate - depoimentos pessoais	70	1%	14	0%	1	0%	85	0%
	12 Outros	201	4%	611	2%	32	2%	844	2%
Total		5.089	100%	31.795	100%	1.414	100%	38.298	100%

Fonte: elaboração própria, 2023.

Ao se analisar a natureza das mensagens (Tabela 8 abaixo), a depender do teor do que foi postado, é possível perceber duas perspectivas de abordagem dos cidadãos: parte das mensagens são alheias ao mérito do tema, como conversas cotidianas, cordialidades, ou mesmo sobre aspectos técnicos das audiências; a outra parte das mensagens trata do mérito do tema proposto, atuando os cidadãos por meio de perguntas, opiniões, críticas, elogios, etc. Com base nessa divisão, durante a pandemia, constata-se que o percentual de cidadãos debatendo sobre o

³³ Foi realizada nova classificação de 400 mensagens, detectando-se divergência em 27 mensagens, ou 7% do total (amostra calculada pela página <https://www.qualtrics.com/>, com base em uma população de 43.686 - total de mensagens - que foi de 381, com nível de confiança de 95% e margem de erro de 5%). As mensagens foram escolhidas aleatoriamente, na proporção da classificação previamente realizada.

³⁴ Importante ressaltar que foram analisadas apenas as mensagens de audiências interativas que constam como realizadas, porque no portal e-Democracia há audiências que constam como canceladas, mas que possuem mensagens e perguntas postadas. Um exemplo é a audiência “As empresas públicas de tecnologia e as ações estratégicas do Estado” (sala 1086), da CCTCI, de 29/8/2019, audiência que consta como cancelada, mas para a qual constam 28 mensagens e 89 perguntas segundo dados do e-Monitor.

tema é proporcionalmente maior que nos dois outros períodos: durante a pandemia, 83% das mensagens tratam sobre o mérito do tema, contra 72% antes da pandemia e 70% no pós-pandemia.

Tabela 8 - Natureza das mensagens postadas nas audiências

	Antes da Pandemia		Durante a Pandemia		Pós-pandemia	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Cordialidade/Outros*	1.438	28%	5.541	17%	424	30%
Mensagens sobre o mérito do tema proposto**	3.651	72%	26.254	83%	990	70%
Total	5.089	100%	31.795	100%	1.414	100%

*Soma dos tópicos Apresentação/Introdução, Cordialidade/Saudação, Aspectos técnicos/Dinâmica das comissões e Outros da Tabela 7.

**Soma dos tópicos Debate - elogio, Debate - opinião/informação, Debate - crítica/reclamação, Debate - pergunta/dúvida, Debate - sugestão, Debate - solicitação/pedido, Debate - protesto/reivindicação e Debate - depoimentos pessoais da Tabela 7.

Fonte: elaboração própria, 2023.

Ao se juntar os dados de menor percentual de audiências sem manifestações dos cidadãos (Tabelas 5 e 6), de maior índice de interações dos cidadãos (Tabela 6) e de maior percentual de manifestações dos cidadãos sobre o tema proposto (Tabela 8), eles apontam para um aumento quantitativo da participação e para mais engajamento dos cidadãos quanto ao mérito dos temas em debate durante a pandemia.

Adicionalmente, os resultados obtidos indicam um distanciamento do estudo feito por Barros, Monteiro e Santos (2018) sobre as Audiências Interativas. Os autores, ao analisarem as interações na ferramenta entre 2011 e 2016, concluíram que, quanto às interações dos cidadãos, havia a predominância de elementos relacionados à conversação cotidiana (apresentação pessoal dos participantes, saudações e cumprimento, no montante de 57,15% das mensagens), enquanto que interações sobre deliberação ficaram em segundo plano (críticas e opiniões, questionamentos e perguntas, sugestões e propostas, com 22,08% do total de mensagens). Na presente pesquisa, mesmo antes da pandemia, já existia uma preponderância de mensagens sobre o debate do tema (Tabela 8 acima), indicando uma mudança de comportamento dos cidadãos ao concentrar o debate mais no tema e não em tópicos diversos, e esse fato ficou mais evidente durante a pandemia.

5 CONCLUSÃO

A participação está presente no dia-a-dia de todos os que vivem em sociedade: de decisões em grupos menores, como escolas, condomínios, até em sistemas mais complexos, como o ambiente decisório da política, em menor ou maior grau, existe um certo nível de participação dos envolvidos. Decisões cotidianas dependem e são afetadas pela participação (ou pela não-participação) dos envolvidos. No caso da política, na impossibilidade de todos participarem, inúmeras alternativas de participação têm sido possíveis com o avanço da democracia digital, fomentando-se o surgimento de novos meios para que o cidadão participe, criando-se outras possibilidades de participação além daquelas oferecidas pelos meios tradicionais que exigem presença física.

Com a pandemia, parte da população passou a utilizar mais a *internet*, seja pela intensificação de atividades que já aconteciam no meio digital (o teletrabalho, por exemplo) seja pela migração de novas atividades para esse meio (a exemplo da telemedicina). Na política, a pandemia também trouxe alterações, como o aumento no uso de serviços digitais pelo Governo Federal, ou mesmo a digitalização das atividades dos parlamentos. A Câmara dos Deputados, que já possuía experiência na digitalização de suas atividades, foi capaz de se adaptar com rapidez ao novo cenário pandêmico, e ofereceu, além das atividades centrais de legislar, oportunidades de a sociedade continuar participando do processo legislativo, mesmo com as limitações de acesso presencial.

Dessa conjuntura surgiu a questão de pesquisa, no intuito de analisar como aconteceu a participação política dos indivíduos no parlamento durante a pandemia. Antes da pandemia, mesmo com os meios disponíveis no âmbito da democracia digital, a sociedade tinha o espaço presencial para fazer suas reivindicações, atuando em contato direto com parlamentares ou por meio de canais institucionais. Com a pandemia, a via presencial foi fechada, restando, no caso da Câmara dos Deputados, apenas a via virtual.

Ao se analisar a atuação dos participantes na ferramenta Audiências Interativas da Câmara dos Deputados durante a pandemia, a primeira observação é que todos os dados relativos à interação dos participantes aumentaram, como número de mensagens, número de perguntas e número de votos. Mais do que isso, os participantes se manifestaram proporcionalmente mais nas audiências interativas durante a pandemia que nos demais períodos. Esse pico de participação durante a pandemia destoa do padrão que vinha sendo

observado nos períodos anteriores, como observado por Barros, Monteiro e Santos (2018) no período de 2011 a 2016, o que indica que as condições reunidas na pandemia possibilitaram o incremento na quantidade de ações praticadas pelos participantes naquele período. Essa observação é corroborada pelo fato de que os dados do pós-pandemia estão mais próximos dos dados de antes da pandemia, ou seja, quaisquer que tenham sido os motivos que impulsionaram a atuação dos participantes, eles estavam presentes no período da pandemia.

A segunda observação diz respeito aos participantes. Em síntese, a maioria dos participantes que atuou nas Audiências Interativas durante a pandemia também se cadastrou e se manifestou pela primeira vez durante esse período, indicando que as condições reunidas na pandemia permitiram o acesso às audiências de um público completamente novo, diferente daquele que participava das audiências realizadas anteriormente. Essa renovação de participantes pode apontar para uma alteração no perfil daqueles que utilizam ferramentas digitais. Apenas com os dados do portal e-Democracia, no entanto, não é possível fazer esse levantamento, pois o portal não obrigava o preenchimento de dados pessoais, e a coleta desses dados dependeria de entrevistas dos participantes, o que foge ao escopo do presente trabalho.

A terceira observação diz respeito ao interesse dos participantes nas audiências. Da análise em conjunto dos dados de menor percentual de audiências sem manifestações dos cidadãos (Tabelas 5 e 6), de maior índice de interações dos cidadãos (Tabela 6) e de maior percentual de mensagens dos cidadãos sobre o mérito do tema em debate (Tabela 8), eles apontam para um aumento quantitativo da participação e para mais engajamento dos cidadãos quanto ao mérito dos temas em debate durante a pandemia.

Respondendo, então, à pergunta de pesquisa, de como a participação política dos indivíduos na ferramenta Audiências Interativas da Câmara dos Deputados foi afetada pela pandemia, pode-se afirmar que a quantidade de interações dos cidadãos aumentou consideravelmente, os participantes foram diferentes daqueles que atuavam antes da pandemia e se manifestaram mais em temas de seu interesse, não necessariamente aquele mais pautado por comissões/órgãos, e há indícios de que houve aumento do interesse por engajamento, o que pode ser observado no aumento quantitativo de manifestações e no aumento de manifestações sobre o mérito dos temas das audiências.

Nota-se, portanto, que as Audiências Interativas foram marcadas por várias alterações durante a pandemia, que indicam um comportamento diferente dos cidadãos naquele contexto. Como ferramenta inserida no campo de inovações participativas institucionalizadas, ela

permitiu a continuidade participativa cidadã em um momento crítico, que naturalmente levou à diminuição de espaços para manifestações. Durante os debates, participantes atuaram na tentativa de influenciar nas ações dos parlamentares ao produzir leis ou na tomada de decisões políticas, o que se alinha ao eixo de "participação como controle social ou democrático" defendido por Lavalle e Vera (2022). Essas tentativas ocorreram tanto por manifestações dentro da ferramenta, ao emitir opiniões, pontos-de-vista, ao questionar posicionamentos de outros participantes ou dos organizadores dos eventos, quanto por mobilizações externas ao canal, com intuito de mobilizar outros cidadãos, chamando-os a participarem.

As audiências foram essenciais ao processo democrático durante a pandemia porque permitiram a atuação social, mantendo a interlocução com a Câmara dos Deputados, que se beneficiou da coleta de subsídios e de informações para tomadas de decisão e do reforço de legitimidade para seus atos. Por outro lado, os dados também apontam outros benefícios, como possível aumento de engajamento e do interesse do cidadão, o que pode ter acontecido por motivos como arrefecimento de barreiras à participação (aumento nos acessos a TICs, facilitação de acesso à infraestrutura, mais disponibilidade de tempo *online*), como a alteração no perfil do público que participou durante o período, ou outras razões como o simples aumento de interesse sobre os temas postos a debate, o que só pode ser averiguado com mais pesquisas. Independentemente da razão, fato é que a pandemia reuniu condições que propiciaram o aumento proporcional nos índices de participação, quantitativa e qualitativamente, e entender essas razões pode auxiliar em formas de aprimoramento da democracia, especialmente a digital.

No presente trabalho, não se abordou eventual eficácia da participação dos cidadãos nas audiências interativas ou o que é feito das manifestações dos participantes porque extrapolaria o escopo da pesquisa. É preciso ressaltar, no entanto, que nas páginas na *internet* das audiências, local no qual consta relatório com informações sobre os eventos realizados, não há qualquer dado sobre o uso, o aproveitamento ou a análise dessas manifestações pelos parlamentares e pelas comissões. Por isso, é seguro dizer que, ainda que a participação dos indivíduos tenha algum impacto no processo legislativo sobre a temática submetida a debate nas audiências interativas, o retorno para a sociedade sobre a utilização das manifestações é inexistente ou pouco claro.

Adicionalmente, também é preciso ressaltar que uma possível eficácia de participação vai além do impacto direto das trocas realizadas nas audiências nos temas em debate. É preciso avaliar o efeito dessa participação na conduta do cidadão, a exemplo das funções educadoras e

de cidadania apontadas pelos participantes nas Audiências Interativas do Senado Federal (Carvalho, 2021); na forma de atuar da instituição; e também na conduta dos parlamentares. Trata-se, assim, de tema complexo e que se deixa como sugestão para pesquisas futuras.

É precipitado afirmar que essas alterações impactarão (ou não) no comportamento dos cidadãos após a pandemia, ou mesmo se as diferenças observadas durante a pandemia se perpetuarão. Essa alteração mostra, no entanto, ainda que em uma janela de tempo determinada e com condições específicas, que há outras possibilidades, outros níveis de participação possíveis, e a eventual descoberta das razões que levaram às alterações apontadas pode indicar o caminho para incremento e incentivo à participação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Valéria Cristina Castanho de. Participação Política Online nos parlamentos: realidade e possibilidades das plataformas digitais, com um estudo de caso do Senado Federal do Brasil. **Repositório UM**, 2022. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/76095>. Acesso em: 5 mar. 2023.

BARBER, Benjamin. **Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age**. Berkeley: University of California Press, 1984.

BARROS, Antonio Teixeira de; MONTEIRO, Adriana Resende; SANTOS, Thaís Teixeira. Audiências Públicas Interativas Na Câmara Dos Deputados: Além Da função Informacional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/xVWnFR9fJGyN5BPdPK79TQF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BARROS, Antonio Teixeira de; BERNARDES, Cristiane Brum; RODRIGUES, Malena Rehbein. O Parlamento brasileiro e as novas mídias: balanço da experiência recente da Câmara dos Deputados. In: SATHLER, André; BRAGA, Ricardo (org.). **Legislativo pós-1988: reflexões e perspectivas**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015. p. 183-221. (Série Relatos de Pesquisa, 4). Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22179>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRANDÃO, Walternor. **Fóruns do portal e-Democracia: uma análise da discussão de argumentos online**. Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/32099>. Acesso em: 9 mar. 2023.

Câmara dos Deputados. Relatório de Gestão 2021. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/transparencia/prestacao-de-contas/contas-da-camara/ano-de-2021/miolo_RG202123maio.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

CARVALHO, Marcus Guevara Sousa de. **Funções das Audiências Públicas Interativas do Senado Federal**. 2021. Tese (Mestrado Profissional em Poder Legislativo) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Brasília, 2021.

CHAGAS, Viktor; MITOZO, Isabele; BARROS, Samuel; SANTOS, João Guilherme; AZEVEDO, Dilvan. The 'new age' of political participation? WhatsApp and call to action on the Brazilian senate's consultations on the e-cidadania portal. **Journal of Information Technology & Politics**, 2022. DOI: 10.1080/19331681.2021.1962779. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19331681.2021.1962779>. Acesso em: 18 out. 2023.

FARIA, Cristiano Ferri Soares de. **O Parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis?** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Disponível em: <https://livraria.camara.leg.br/o-parlamento-aberto-na-era-da-internet-pode-o-povo-colaborar-com-o-legislativo-na-elaboracao-das-leis>. Acesso em: 30 abr. 2023.

FARIA, Cristiano Ferri Soares de; BRAGA, Sérgio. Parlamentos e novas tecnologias: fortalecendo a representação política através de ferramentas de e-participação. In: SATHLER,

André; BRAGA, Ricardo (org.). **Legislativo pós-1988**: reflexões e perspectivas. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015. 223-263. (Série Relatos de Pesquisa, 4). Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22179>. Acesso em: 6 jun. 2023.

FREITAS, Christiana Soares de; ALCANTARA, Letícia Pereira de; BARROS, Samuel. Desigualdades (online) como obstáculo à democracia digital: o caso do portal e-Cidadania. **Liinc em Revista**, 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6031>. Acesso em: 6 mar. 2023.

FREITAS, Christiana Soares de; LIMA, Fernanda Fiuza; LIMA, Fernanda Queiroz. Os Desafios ao Desenvolvimento de um Ambiente para Participação Política Digital: o Caso de uma Comunidade Virtual Legislativa do Projeto e-Democracia no Brasil. **Organizações & Sociedade** [online], vol. 22, n. 75, p. 639-658, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/9296>. Acesso em: 5 mar. 2023.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 7, n. 3, p. 214-222, set./dez. 2005. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6394>. Acesso em: 5 mar. 2023.

GOMES, Wilson. **DEMOCRACIA DIGITAL: QUE DEMOCRACIA?** 2010. Disponível em: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/gt_ip-wilson.pdf. Acesso em 16 out. 2022.

GOMES, Wilson. Participação política *online*: Questões e hipóteses de trabalho. *In*: MAIA, Rosely Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 17-43.

GOMES, Wilson. **A Democracia no Mundo Digital**: história, problemas e temas. Edições Senac. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/38605772/A_democracia_no_mundo_digital_Wilson_Gomes_pdf. Acesso em: 5 mar. 2023.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. **SciELO**, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/tcSTz3QGHghmfzvbvL6m6wcK/?lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2023.

HABERMAS, Jürgen. **Facticidade e Validade**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

HINDMAN, Matthew. **The myth of digital democracy**. Princeton: Princeton Univ. Press, 2009.

Inter-Parliamentary Union. **World e-Parliament Report 2022**. Parliaments after the pandemic. 2022. Disponível em: <https://www.ipu.org/resources/publications/reports/2022-11/world-e-parliament-report-2022>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Inter-Parliamentary Union. **Global Parliamentary Report 2022**. Public engagement in the work of parliament. Disponível em: <https://www.ipu.org/impact/democracy-and-strong-parliaments/global-parliamentary-report/global-parliamentary-report-2022-public-engagement-in-work-parliament>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Inter-Parliamentary Union. **Global Parliamentary Report 2022**. Public engagement in the work of parliament. Annex: Case studies and practical guides. Disponível em: <https://www.ipu.org/impact/democracy-and-strong-parliaments/global-parliamentary-report/global-parliamentary-report-2022-public-engagement-in-work-parliament>. Acesso em: 10 mar. 2023.

LAVALLE, Adrian Gurza; VERA, Ernesto Isunza. O que quer dizer participação aqui e hoje?: ... e outrora e alhures. In: TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Débora Rezende de; LAVALLE, Adrian Gurza; SILVA, Marcelo Kunrath (org.). **Participação e ativismos**: entre retrocessos e resistências. Porto Alegre, RS: Zouk, 2022. 261-284.

LESTON-BANDEIRA, Cristina. **The Pursuit of Legitimacy as a Key Driver for Public Engagement: The European Parliament Case**. Disponível em: https://eprints.whiterose.ac.uk/91192/1/Pursuit_Legitimacy_For_Public_Engagement_EP_PA_FI. Acesso em: 16 abr. 2023.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo de caso do estado brasileiro. **Repositório Institucional da UFBA**, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11303>. Acesso em: 5 mar. 2023.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Participação política, legitimidade e eficácia democrática. **Scielo**, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/by9hn9KhRQqpXx3PHTpkwKR/?lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2023.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Democracia on-line e o problema da exclusão digital. **Intexto**, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/41269/30388>. Acesso em: 5 mar. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. *Accountability* em listas abertas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 37, p. 183- 200, out. 2010. Disponível em: Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/DRFjZznV7tNmGfXDR5NWQHn/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2023.

MITOZO, Isabele Batista. A utilização de sistemas deliberativos remotos pelas Assembleias Legislativas Brasileiras durante a pandemia de COVID-19: características e prospectos. **Revista Legislativo**. Curitiba. n. 4. Ago/2020. Disponível em: <http://revista.alep.pr.gov.br/index.php/escolalegislativo/article/view/129>. Acesso em: 16 out. 2022.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. São Paulo: Editora Paz e terra, 1992.

PENNA, Camila. **Democracia e Participação Política**: Problematizando Conceitos e Categorias na Análise das Democracias Latino-Americanas. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2010v15n2p282>. Acesso em: 2 jun. 2023.

PEREIRA, Elaine Lucio. Democracia deliberativa de Rawls e Habermas. **e-publicacoes.uerj**, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/47376/31483>. Acesso em: 1 out. 2022.

PEREIRA, Abílio Pereira; BERNARDES, Cristiane Brum; VALE, Maria Letícia. O papel da moderação nas Audiências Públicas Interativas do e-Democracia: entre a promoção do debate e o receio da censura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.37.249679>. Acesso em: 1 mar. 2023.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e idéias. **SciELO**, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/pSDrmVSqRqggw7GXhxBjCgG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 out. 2022.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido, BORBA, Julian, HANSEN, Resmini Hansen. Participação on-line e off-line no Brasil: relações e condicionantes. **Revista Do Serviço Público**, 67(4), 497 - 524, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v67i4.1262>. Acesso em: 10 out. 2022.

ROSSINI, Patrícia Gonçalves da Conceição. O papel do cidadão nas ferramentas de Democracia Digital no Brasil: uma análise do desenho interativo das Comunidades Legislativas do Portal E-Democracia. **Revista Compolítica**, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.21878/compolitica.2014.4.2.71>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SANI, Giacomo. "Participação Política". In Norberto BOBBIO, Nicola MATTEUCCI, Gianfranco PASQUINO: **Dicionário de Política**. Brasília, UnB, 1998. vol. 2, 11 ed. p. 888 a 890.

SCHLEGEL, Rogério. Internauta Brasileiro: Perfil Diferenciado, Opiniões indiferenciadas. **SciELO**. Disponível em: [9_dossie_rogerio_schlegel_34_29_11_2009_primeiro.p65 \(sciELO.br\)](https://www.scielo.br/j/dossie_rogerio_schlegel_34_29_11_2009_primeiro.p65). Acesso em: 12 maio 2023.

SILVA, Sivaldo Pereira da. Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. **SciELO**, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/xR5BtWZfQmg9Y8WbxPWCmf/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SILVA, Sivaldo Pereira da. **Democracia digital e pesquisa empírica no Brasil: Metodologias, instrumentos e abordagens do campo**, Texto para Discussão, n. 2629, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/td2629>. Acesso em: 6 mar. 2023.

SIMON, Julie; BASS, Theo; BOELMAN, Victoria; MULGAN, Geoff. **Digital Democracy**. The tools transforming political engagement. 2017. Disponível em: https://media.nesta.org.uk/documents/digital_democracy.pdf. Acesso em: 11 mar. 2023.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **SciELO**, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/4qsH3GhJPTTnmmMhJg8jkhB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 1 out. 2022.

VIEIRA, Mónica Brito; SILVA, Filipe Carreira da. Democracia deliberativa hoje: desafios e perspectivas. **SciELO**, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/Fr56nxtqwkF5nmq3hB6TkgP/?lang=pt>. Acesso em: 5 mar. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Dados Gerais

	Antes da Pandemia	Média Mensal - Antes da Pandemia	Durante a Pandemia	Média Mensal - Durante a Pandemia	Pós-Pandemia	Média Mensal - Pós- Pandemia
Total de Audiências Realizadas	556	37	897	35	212	42
Número de Mensagens em Audiências	6.817	454	34.921	1.343	1.945	389
Número de Perguntas em Audiências	3.041	203	7.757	298	835	167
Número de Votos em Audiências	8.155	544	29.019	1.116	2.005	401
Número de Participantes em Audiências	3.703	247	12.469	480	1.504	301
Novos Usuários	7.774	518	15.943	638	1.798	450

Fonte: elaboração própria, 2023.

APÊNDICE B – Quantidade de audiências interativas realizadas por comissões por período

Antes pandemia			
Sigla da Comissão	Nome da Comissão	Quantidade de Audiências Realizadas	Tipo de Comissão
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família	62	Comissão Permanente
CMADS	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	50	Comissão Permanente
CLP	Comissão de Legislação Participativa	49	Comissão Permanente
CE	Comissão de Educação	46	Comissão Permanente
CTASP	Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público	41	Comissão Permanente
CPD	Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência	37	Comissão Permanente
CESPO	Comissão do Esporte	36	Comissão Permanente
CINDRA	Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e Amazônia	30	Comissão Permanente
CDC	Comissão de Defesa do Consumidor	28	Comissão Permanente
CCTCI	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	26	Comissão Permanente
CIDOSO	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	25	Comissão Permanente
CDU	Comissão de Desenvolvimento Urbano	16	Comissão Permanente
CFFC	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle	11	Comissão Permanente
PL230315	PL 2303/15 - Banco Central Regular Moedas Virtuais	10	Comissão Especial
CMULHER	Comissão de Direitos da Mulher	9	Comissão Permanente
PL039915	PL 0399/15 - Medicamentos Formulados com Cannabis	9	Comissão Especial
PL326119	PL 3261/19 - Atualiza o Marco do Saneamento Básico	8	Comissão Especial
PL488112	PL 4881/12 - Política de Mobilidade Urbana	8	Comissão Especial
PEC19919	PEC 199/19 - Prisão em Segunda Instância	7	Comissão Especial
CEXMEC	Comissão Externa Ministério da Educação	5	Comissão Externa
SUBSAUDE	CSSF - Subcomissão Permanente da Saúde	5	Subcomissão Permanente
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	4	Comissão Permanente
EVENTOS	Câmara dos Deputados - Evento	4	Outros
PLP14619	PLP 146/19 - Startups	4	Comissão Especial

CEDES	Centro de Estudos e Debates Estratégicos	3	Órgão
CEXFEMIN	Comissão Externa sobre Violência Doméstica Contra a Mulher	3	Comissão Externa
CSPCCO	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	3	Comissão Permanente
CCULT	Comissão de Cultura	2	Comissão Permanente
CEFOR	Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento	2	Órgão
OUVIDOR	Ouvidoria Parlamentar	2	Órgão
SUBINESP	CESPO - Subcomissão Especial da Indústria do Esporte	2	Subcomissão Especial
SUBRARAS	CSSF - Subcomissão Especial de Doenças Raras	2	Subcomissão Especial
CEENERGI	Código Brasileiro de Energia Elétrica	1	Outros
CEPOLICI	CESP - Competência Legal para Investigação	1	Comissão Especial
CEXAMBIE	Comissão Externa de Políticas para Integração Meio Ambiente e Economia	1	Comissão Externa
CEXOBRAS	Comissão Externa Obras Inacabadas no País	1	Comissão Externa
CREDN	Relações Exteriores e de Defesa Nacional	1	Outros
INTERLEGIS	Inova 2019 - Tenho que criar uma Ouvidoria, e agora?	1	Outros
PL804510	PL 8045/10 - Código de Processo Penal	1	Comissão Especial
TOTAL		556	
Durante Pandemia			
Sigla da Comissão	Nome da Comissão	Quantidade de Audiências Realizadas	Tipo de Comissão
CEXCORVI	Comissão Externa de Ações Contra o Coronavírus	107	Comissão Externa
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família	88	Comissão Permanente
CE	Comissão de Educação	58	Comissão Permanente
CLP	Comissão de Legislação Participativa	57	Comissão Permanente
SEMULHER	Secretaria da Mulher	55	Órgão
EVENTOS	Câmara dos Deputados - Evento	52	Outros
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias	50	Comissão Permanente
CPD	Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência	45	Comissão Permanente
CIDOSO	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	43	Comissão Permanente
CEDES	Centro de Estudos e Debates Estratégicos	27	Órgão

CMULHER	Comissão de Direitos da Mulher	27	Comissão Permanente
CTASP	Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público	27	Comissão Permanente
CCTCI	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	26	Comissão Permanente
CESPO	Comissão do Esporte	26	Comissão Permanente
CVT	Comissão de Viação e Transportes	26	Comissão Permanente
CEXQUEI	Comissão Externa de Queimadas em Biomas Brasileiros	25	Comissão Externa
CMADS	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	22	Comissão Permanente
CDEICS	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços	21	Comissão Permanente
GTELEI	Grupo de Trabalho Reforma da Legislação Eleitoral	15	Grupo de Trabalho
DECOM	Câmara dos Deputados - Evento Técnico	12	Outros
CDC	Comissão de Defesa do Consumidor	11	Comissão Permanente
CDU	Comissão de Desenvolvimento Urbano	10	Comissão Permanente
SUBPENAL	CCJC - Subcomissão Especial Assuntos Penais	7	Subcomissão Especial
CEXMEC	Comissão Externa Ministério da Educação	6	Comissão Externa
PL741906	PL 7419/06 - Planos de Saúde	6	Comissão Especial
PL115319	PL 1153/19 - Lei Pelé	5	Comissão Especial
CECANCER	CESP - Combate ao Câncer no Brasil	4	Outros
PL646119	PL 6461/19 - Estatuto do Aprendiz	4	Comissão Especial
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	3	Comissão Permanente
CEXOMS	Comissão Externa de Envelhecimento Saudável/OMS	3	Comissão Externa
PEC19919	PEC 199/19 - Prisão em Segunda Instância	3	Comissão Especial
SUBPDCA	CCJC - Subcomissão Especial Criança e Adolescente	3	Subcomissão Especial
CCULT	Comissão de Cultura	2	Comissão Permanente
CEXCARR	Comissão Externa Morte de João Alberto no Carrefour/RS	2	Comissão Externa

CINDRA	Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e Amazônia	2	Comissão Permanente
CME	Comissão de Minas e Energia	2	Comissão Permanente
SUB5G	CCTCI - Subcomissão Especial Tecnologia 5G no Brasil	2	Subcomissão Especial
CEXFEMIN	Comissão Externa sobre Violência Doméstica Contra a Mulher	2	Comissão Externa
GTSISGOV	Grupo de Trabalho Sistema de Governo Semipresidencialista	2	Grupo de Trabalho
CEXBARRA	Comissão Externa sobre Rompimento Barragem Fundão	1	Comissão Externa
CEXOLEO	Comissão Externa sobre Derramamento de Óleo no Nordeste	1	Comissão Externa
CSPCCO	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	1	Comissão Permanente
GTONCO	CSSF - GT Desafios Oncologia no Brasil	1	Outros
GTVIDOSO	GT Vacinação de Idosos em Todos o País	1	Grupo de Trabalho
PL144019	PL 1440/19 - Fundo de Desenvolvimento Econômico	1	Comissão Especial
SRI	Secretaria de Relações Internacionais	1	Órgão
SUBASSOC	CSSF - Subcomissão Permanente de Assistência Social	1	Subcomissão Permanente
SUBCEIS	CSSF - Subcomissão Especial Complexo Econômico e Indust. em Saúde	1	Subcomissão Especial
TOTAL		897	
Pós-Pandemia			
Sigla da Comissão	Nome da Comissão	Quantidade de Audiências Realizadas	Tipo de Comissão
CLP	Comissão de Legislação Participativa	25	Comissão Permanente
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias	20	Comissão Permanente
CTASP	Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público	17	Comissão Permanente
CESPO	Comissão do Esporte	13	Comissão Permanente
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família	13	Comissão Permanente
CE	Comissão de Educação	11	Comissão Permanente
CFFC	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle	10	Comissão Permanente

CIDOSO	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	10	Comissão Permanente
CPD	Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência	10	Comissão Permanente
CVT	Comissão de Viação e Transportes	10	Comissão Permanente
CCTCI	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	9	Comissão Permanente
SEMULHER	Secretaria da Mulher	8	Órgão
CDC	Comissão de Defesa do Consumidor	7	Comissão Permanente
CEXMEC	Comissão Externa Ministério da Educação	6	Comissão Externa
CMULHER	Comissão de Direitos da Mulher	6	Comissão Permanente
CINDRA	Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e Amazônia	5	Comissão Permanente
CMADS	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	5	Comissão Permanente
GTSISGOV	Grupo de Trabalho Sistema de Governo Semipresidencialista	5	Grupo de Trabalho
CDEICS	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços	4	Comissão Permanente
PL646119	PL 6461/19 - Estatuto do Aprendiz	4	Comissão Especial
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	3	Comissão Permanente
CEDES	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços	3	Comissão Permanente
CFT	Comissão de Finanças e Tributação	3	Comissão Permanente
GTADVPUB	Grupo de Trabalho Aperfeiçoamento da Advocacia Pública Federal	2	Grupo de Trabalho
CCULT	Comissão de Cultura	1	Comissão Permanente
CEXFEMIN	Comissão Externa sobre Violência Doméstica Contra a Mulher	1	Comissão Externa
EVENTOS	Câmara dos Deputados - Evento	1	Outros
TOTAL		212	

ANEXOS

ANEXO A – Lista de audiências divulgadas pela CORIP e colocação entre audiências com mais interações

Durante a pandemia									
Título da Reunião	Tema da Reunião	Comissão	Data	Número de Mensagens	Número de Perguntas	Número de Votos	Número de Participantes	Mensagens + Perguntas	Colocação na lista das audiências com mais interações
PL 6461/19 - Estatuto do Aprendiz	Recomendações para o aperfeiçoamento da política	PL646119	4/12/2022	2384	3	3	29	2387	2
Comissão de Seguridade Social e Família	Piso Salarial Nacional do Enfermeiro, do Técnico e do Auxiliar	CSSF	12/8/2021	337	289	1619	330	626	10
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público	Debate sobre a profissão de Bombeiro Civil	CTASP	10/22/2021	227	66	105	95	293	26
Comissão de Direitos da Mulher	Debater o Projeto de Lei nº 478 de 2007 (Estatuto do Nascituro)	CMULHER	11/30/2021	215	76	381	56	291	27
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços	Alterações na Lei Antifumo propostas pelo PL 6387 de 2019	CDEICS	10/27/2021	132	21	64	22	153	55
Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Gerontólogo e Atribuições das Formações em Gerontologia - PL 9003/2017	CIDOSO	11/8/2021	92	17	98	68	109	79
Secretaria da Mulher	1º Encontro da Embrapa com a Bancada Feminina	SEMULHER	9/21/2021	91	1	9	39	92	90
Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência	Importância do cuidador das pessoas com deficiências e idosos	CPD	9/13/2021	61	28	41	16	89	95
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Debate sobre a natureza Jurídica dos animais domésticos - PL 6.054/19	CMADS	10/15/2021	58	13	14	23	71	118
Secretaria da Mulher	A Inclusão Social de Mulheres Soropositivas	SEMULHER	3/29/2022	60	4	15	11	64	124
Audiência Pública Extraordinária - Conjunta das Comissões CDEICS e CTASP (virtual)	Regularização Profissional dos Prestadores de Serviços de Aplicativos	CTASP	11/16/2021	47	15	33	25	62	125
Comissão de Legislação Participativa	Medida Provisória 1.061/2021 e o Programa Auxílio Brasil	CLP	10/26/2021	47	10	27	27	57	134

Centro de Estudos e Debates Estratégicos	PL 4513 - 2020 - Política Nacional de Educação Digital	CEDES	10/28/2021	39	12	20	27	51	148
Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência	Impacto das falas discriminatórias do Ministro da Educação.	CPD	10/15/2021	35	10	55	18	45	163
Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência	Ato Comemorativo do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência	CPD	9/20/2021	40	0	0	6	40	183
Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência	Preenchimento vagas em concursos públicos policiais por candidatos PcD	CPD	9/28/2021	21	18	94	25	39	186
Comissão Externa sobre Rompimento Barragem Fundão	Repactuação do acordo referente ao rompimento da barragem da Samarco	CEXBARR A	2/3/2022	36	3	7	7	39	188
Audiência Pública e Deliberação Ordinária - Conjunta das Comissões CPD e CSSF (virtual)	Inserção de perguntas sobre Autismo no Censo Demográfico Nacional 2020	CPD	10/19/2021	18	11	21	11	29	242
Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	População Idosa LGBTI+ e Instituições de Longa Permanência de Idosos	CIDOSO	11/18/2021	15	14	40	10	29	243
Comissão de Legislação Participativa	Implementação do Programa Moradia Primeiro.	CLP	10/25/2021	21	5	16	10	26	261
Audiência Pública Extraordinária - Conjunta das Comissões CMULHER e CSSF (virtual)	Os impactos da endometriose na saúde física e mental das mulheres	CMULHER	10/1/2021	18	7	10	12	25	270
Centro de Estudos e Debates Estratégicos	TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO	CEDES	11/18/2021	19	6	8	13	25	271
Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência	Atendimento da pessoa com autismo nas redes pública e privada de saúde	CPD	11/22/2021	13	11	12	8	24	282
Comissão de Seguridade Social e Família	Prevenção ao suicídio e automutilação	CSSF	9/30/2021	6	15	26	7	21	314
Comissão de Legislação Participativa	Créditos tributários incidentes sobre as tarifas de energia elétrica	CLP	9/28/2021	10	10	10	4	20	325
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Debate que regulamenta Mercado Brasileiro de Redução de Emissões PL528	CMADS	10/1/2021	7	13	29	18	20	326
Comissão de Seguridade Social e Família	Neuropatia Óptica Hereditária de Leber (LHON)	CSSF	11/4/2021	13	6	12	9	19	340

Audiência Pública Ordinária - Conjunta das Comissões CLP e CPD (virtual)	Mobilidade de Pessoas com Deficiência Visual	CPD	12/6/2021	19	0	0	4	19	342
Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Política Nacional de Cuidados - cuidados continuados e paliativos	CIDOSO	9/27/2021	16	2	2	11	18	353
Comissão de Seguridade Social e Família	Técnico em Nutrição e Dietética (PL 5056/2013)	CSSF	12/2/2021	10	8	29	15	18	357
Comissão Externa sobre Violência Doméstica Contra a Mulher	Abuso Infantil e Casamento Infantil	CEXFEMIN	2/23/2022	16	2	8	11	18	358
Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência	A violência contra mulheres com deficiência	CPD	11/23/2021	16	1	1	8	17	372
Audiência Pública Extraordinária - Conjunta das Comissões CMULHER e SEMULHER (virtual)	Implementação da Lei nº 14.149/2021 (Frida)	CMULHER	9/27/2021	12	4	5	5	16	387
Comissão de Legislação Participativa	XIII Seminário Nacional de Guardas Municipais e Segurança Pública.	CLP	11/23/2021	15	1	1	7	16	388
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços	Alteração de alíquotas do imposto sobre a importação de produtos	CDEICS	9/22/2021	15	0	0	8	15	396
Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência	Campanha Setembro Azul - acesso e inclusão comunidade surda	CPD	10/18/2021	5	7	27	12	12	453
Comissão de Seguridade Social e Família	Profissionais da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional	CSSF	10/26/2021	11	1	2	7	12	455
Audiência Pública Extraordinária - Conjunta das Comissões CDHM e CLP (virtual)	Pescadores Artesanais - Direitos Humanos, Ambientais e Territoriais	CDHM	11/24/2021	3	9	9	3	12	456
PL 6461/19 - Estatuto do Aprendiz	O papel das empresas na aprendizagem profissional	PL646119	2/22/2022	7	5	7	7	12	459
PL 6461/19 - Estatuto do Aprendiz	Aprendizagem, ensino técnico e o novo ensino médio	PL646119	3/15/2022	3	9	9	3	12	460
Secretaria da Mulher	Manhã - Avanços Legislativos e Preparação das Candidaturas Femininas	SEMULHER	3/21/2022	7	4	14	12	11	482
Comissão de Seguridade Social e Família	'A qualidade do ensino nos Cursos de Medicina no Brasil'	CSSF	9/2/2021	3	7	9	5	10	498

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público	Mudanças no Fundo de Garantia - FGTS	CTASP	9/17/2021	6	4	5	7	10	501
Comissão de Legislação Participativa	O Papel do Judiciário junto à População em Situação de Rua.	CLP	11/8/2021	6	4	4	5	10	507
Secretaria da Mulher	Tarde - Avanços Legislativos e Preparação das Candidaturas Femininas	SEMULHER	3/21/2022	6	3	5	5	9	539
PL 6461/19 - Estatuto do Aprendiz	A importância da aprendizagem no combate ao trabalho infantil	PL646119	3/29/2022	7	2	2	5	9	540
Comissão de Educação	Fundeb: indicadores para educação profissional técnica.	CE	9/13/2021	4	4	6	5	8	561
Comissão de Defesa do Consumidor	Alta no preço dos combustíveis	CDC	10/21/2021	6	2	8	12	8	565
Comissão Externa sobre Violência Doméstica Contra a Mulher	Prevenção eficaz da violência contra a mulher e Femicídio	CEXFEMIN	4/7/2022	1	7	12	9	8	570
Comissão de Direitos Humanos e Minorias	Dia Nacional do Cristão	CDHM	11/5/2021	3	4	4	6	7	588
Audiência Pública Ordinária - Conjunta das Comissões CE, CPD e CSSF (virtual)	Debate sobre dislexia	CPD	11/9/2021	5	2	3	5	7	589
Comissão do Esporte	Jogos Universitários Brasileiros (JUBs)	CESPO	9/20/2021	3	3	5	6	6	613
Comissão de Seguridade Social e Família	Famílias acolhedoras e adoção de crianças e adolescentes (PL 775/2021)	CSSF	10/26/2021	6	0	0	4	6	617
Secretaria da Mulher	Seminário: Empreendedorismo e Protagonismo Feminino	SEMULHER	3/16/2022	4	2	2	4	6	622
Secretaria da Mulher	Mulheres Indígenas na Política: Avanços e Conquistas	SEMULHER	3/22/2022	4	1	2	6	5	662
Audiência Pública Extraordinária - Conjunta das Comissões CDC e CIDOSO (virtual)	Reajuste dos Planos de Saúde Autorizado pela ANS em 2021	CIDOSO	9/16/2021	4	0	0	3	4	688
Debate (semipresencial)	I Encontro Política Pública de Segurança e Proteção à Mulher Indígena	CMULHER	12/10/2021	3	1	1	3	4	701
Secretaria da Mulher	II Encontro Nacional de Procuradoras da Mulher - manhã	SEMULHER	3/7/2022	1	3	5	5	4	703

Audiência Pública Ordinária - Conjunta das Comissões CMULHER e SEMULHER (virtual)	Debater as violências contra a mulher negra durante a pandemia	CMULHER	11/18/2021	1	2	2	2	3	755
Secretaria da Mulher	Ato pela Assinatura da Convenção 190 da OIT	SEMULHER	3/9/2022	2	1	1	3	3	763
Secretaria da Mulher	I - 90 Anos do Voto Feminino II - O Combate à Violência Política	SEMULHER	3/29/2022	1	2	2	3	3	764
Comissão de Desenvolvimento Urbano	Debater o programa habitacional casa verde e amarela	CDU	10/13/2021	2	0	0	2	2	806
Comissão de Seguridade Social e Família	A vacina da UFMG que protege grávida e bebê de efeitos da cocaína	CSSF	10/28/2021	2	0	0	2	2	809
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	Cadastro nacional para bloqueio de ligações de telemarketing	CCTCI	9/13/2021	1	0	0	1	1	854
Comissão Externa Ministério da Educação	Desigualdade e o acompanhamento de políticas de acesso à educação	CEXMEC	10/6/2021	1	0	0	1	1	868
Comissão de Seguridade Social e Família	Cirurgia bariátrica por laparoscopia no SUS	CSSF	11/11/2021	1	0	0	1	1	883
Audiência Pública Extraordinária - Conjunta das Comissões CDHM e CESPO (virtual)	Racismo no futebol brasileiro	CESPO	11/16/2021	1	0	0	1	1	884
CCTCI - Subcomissão Especial Tecnologia 5G no Brasil	Edital 5G: perspectivas, contrapartidas, investimentos e Leilão 5G	SUB5G	11/17/2021	1	0	0	1	1	885
Debate (semipresencial)	I Encontro Política Pública de Segurança e Proteção à Mulher Indígena	CMULHER	12/10/2021	1	0	0	1	1	894
Secretaria da Mulher	II Encontro Nacional de Procuradoras da Mulher - tarde	SEMULHER	3/7/2022	1	0	0	1	1	895
CESP - Combate ao Câncer no Brasil	Tratamento de pessoas com mielofibrose	CECANCE R	3/29/2022	1	0	0	1	1	897
Pós-pandemia									
Título da Reunião	Tema da Reunião	Comissão	Data	Número de Mensagens	Número de Perguntas	Número de Votos	Número de Participantes	Mensagens + Perguntas	Colocação na lista das audiências com mais interações
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público	Debater o reajuste dos Servidores Públicos Federais	CTASP	5/24/2022	31	23	76	23	54	6

Comissão de Seguridade Social e Família	Inclusão do crizanlizumabe na lista RENAME e disponibilização no SUS	CSSF	6/21/2022	36	11	28	13	47	12
Comissão de Defesa do Consumidor	Geração Distribuída de Energia Elétrica	CDC	6/22/2022	31	7	18	18	38	15
Audiência Pública Conjunta das Comissões CPD e CSSF (semipresencial)	Diagnóstico e estimulação precoce para bebês com autismo	CPD	7/6/2022	32	4	7	19	36	18
Comissão de Seguridade Social e Família	Venda de medicamentos isentos de prescrição em supermercados	CSSF	6/28/2022	20	12	44	23	32	22
Comissão de Educação	A situação das universidades federais brasileiras	CE	6/6/2022	9	21	35	23	30	24
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público	Debater a M P nº 1.113/2022 - análise de benefícios previdenciários	CTASP	5/12/2022	7	22	260	65	29	26
Comissão de Seguridade Social e Família	COVID-19 Hepatite C, HIV e Aids na População Privada de Liberdade	CSSF	6/9/2022	23	0	0	6	23	36
Comissão de Direitos da Mulher	Debater o Programa de Prevenção e Tratamento da Doença da Endometriose	CMULHER	6/29/2022	23	0	0	5	23	37
Comissão do Esporte	PL nº 409/2022 - Plano Nacional do Desporto	CESPO	5/5/2022	20	2	2	15	22	39
Audiência Pública Conjunta das Comissões CDHM e CE (semipresencial)	Prorrogação do prazo de vigência da Lei de Cotas	CDHM	5/25/2022	11	11	11	10	22	40
Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência	Discussão do rol taxativo da ANS sobre a cobertura dos planos de saúde	CPD	7/12/2022	12	10	12	10	22	42
Comissão de Legislação Participativa	Privatização da Petrobras, em especial da Refinaria Gabriel Passos	CLP	7/15/2022	11	11	14	7	22	43
Comissão de Educação	O jovem eleitor e seu engajamento no processo democrático	CE	8/8/2022	14	8	8	3	22	44
Audiência Pública Conjunta das Comissões CIDOSO, CPD e CSSF (semipresencial)	O Sucateamento e a Greve do INSS	CPD	5/31/2022	19	1	1	5	20	49
Comissão de Defesa do Consumidor	Debater a abertura de agências bancárias aos sábados e domingos	CDC	7/6/2022	16	4	14	13	20	51
Comissão de Direitos da Mulher	Agosto Lilás - Os Desafios da Aplicação da Lei Maria da Penha	CMULHER	8/24/2022	8	12	25	12	20	52

Comissão de Seguridade Social e Família	Atuais condições de trabalho dos servidores do INSS	CSSF	5/17/2022	3	14	25	14	17	58
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público	discutir a reforma administrativa da EMBRAPA	CTASP	7/7/2022	14	1	1	10	15	64
Comissão de Defesa do Consumidor	Reajustes dos preços da energia elétrica	CDC	6/1/2022	7	7	13	12	14	65
Comissão Externa sobre Violência Doméstica Contra a Mulher	Violência doméstica e sexual	CEXFEMIN	5/4/2022	7	6	7	7	13	67
Grupo de Trabalho Sistema de Governo Semipresidencialista	Sistema de Governo Semipresidencialista	GTSISGOV	5/4/2022	9	3	4	7	12	73
Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Reajuste previsto para os planos de saúde em 2022	CIDOSO	5/18/2022	7	5	5	8	12	75
Comissão de Educação	Cortes no orçamento da educação em maio de 2022	CE	6/15/2022	4	8	22	13	12	79
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público	Assédio sexual no ambiente de trabalho	CTASP	8/18/2022	4	8	21	14	12	81
Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Etarismo no Brasil	CIDOSO	6/29/2022	8	3	4	8	11	85
Comissão de Direitos das Pessoas com Deficiência	Políticas públicas de enfrentamento ao HIV/Aids e às hepatites Virais	CPD	6/21/2022	3	7	10	5	10	89
Comissão de Direitos Humanos e Minorias	Lei menino Bernardo	CDHM	6/23/2022	10	0	0	5	10	90
Comissão Externa Ministério da Educação	O NOVO FUNDEB: AS BOAS PRÁTICAS DE INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO E AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	CEXMEC	6/8/2022	8	1	2	8	9	95
Comissão de Legislação Participativa	Pré-lançamento da Agenda Betinho	CLP	6/9/2022	4	5	5	3	9	97
Comissão de Legislação Participativa	Arquitetura e Urbanismo	CLP	8/4/2022	7	2	2	8	9	100
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público	Debater os impactos da privatização da Eletrobras	CTASP	5/17/2022	7	1	2	5	8	104
Comissão de Direitos Humanos e Minorias	Observatório da RPU: Direitos da população em situação de rua	CDHM	6/22/2022	5	3	3	5	8	107
Comissão de Direitos Humanos e Minorias	Impactos da tese do marco temporal na vida dos povos indígenas.	CDHM	6/23/2022	3	5	10	6	8	109
Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Regras especiais de contratos de seguros de vida celebrados por idosos	CIDOSO	7/13/2022	8	0	0	4	8	111

Comissão de Direitos Humanos e Minorias	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	CDHM	5/12/2022	1	6	6	2	7	113
Comissão de Direitos Humanos e Minorias	Panorama dos 5 anos da Lei de Migração	CDHM	6/2/2022	1	6	6	2	7	114
Comissão de Seguridade Social e Família	Antecipação da quinta etapa do teste do pezinho (diagnóstico da AME)	CSSF	8/30/2022	2	5	9	6	7	118
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público	Desenvolvimento Sustentável do Polo Gesseiro	CTASP	5/19/2022	6	0	0	4	6	122
Comissão de Educação	PL 3362/2020 - Financiamento público do ensino superior privado	CE	6/24/2022	4	2	5	5	6	126
Comissão do Esporte	Combate aos maus tratos contra animais em competições esportivas	CESPO	6/7/2022	5	0	0	3	5	131
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público	Combate ao trabalho Escravo nas lavouras de café - MG	CTASP	7/14/2022	4	1	1	3	5	138
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público	Sustentabilidade do Fundo de Garantia	CTASP	8/26/2022	3	2	2	4	5	139
Grupo de Trabalho Sistema de Governo Semipresidencialista	Sistema de Governo Semipresidencialista no Brasil	GTSISGOV	5/11/2022	2	2	3	4	4	140
Comissão de Direitos Humanos e Minorias	10 anos da Lei de Acesso à Informação (LAI)	CDHM	6/1/2022	1	3	4	4	4	141
Comissão de Direitos Humanos e Minorias	Uso de agrotóxicos	CDHM	5/11/2022	1	2	2	2	3	150
Comissão de Defesa do Consumidor	Reajuste dos planos de saúde	CDC	6/14/2022	2	1	1	3	3	159
Audiência Pública Conjunta das Comissões CIDOSO e CSSF (semipresencial)	Protocolo Retinopatia Diabética no SUS voltado para idosos	CIDOSO	8/17/2022	1	2	2	3	3	168
Audiência Pública Conjunta das Comissões CIDOSO e CSSF (semipresencial)	O Cuidado com Pessoas com Mielofibrose	CIDOSO	5/11/2022	2	0	0	2	2	171
Comissão de Direitos Humanos e Minorias	Marco Legal dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matríz Africana	CDHM	5/18/2022	1	1	1	2	2	174
Comissão de Finanças e Tributação	Linha de crédito para as Santas Casas (PL nº 4104/2015 e nº 5639/2016)	CFT	5/25/2022	2	0	0	2	2	176
Comissão de Legislação Participativa	Carestia, fome e segurança alimentar e nutricional no Brasil	CLP	8/2/2022	1	1	1	2	2	185

Reunião de Comparecimento de Ministro de Estado - Conjunta das Comissões CCTCI, CFFC, CINDRA e CREDN (semipresencial)	Planejamento para 2022 e projeto em parceria com Starlink na Amazônia	CCTCI	6/14/2022	1	0	0	1	1	197
Viação e Transportes	Medidas de Socorro ao Setor do Transporte Coletivo Urbano.	CVT	6/30/2022	1	0	0	1	1	208
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços	Política de reajuste e a desvalorização atual do salário mínimo	CDEICS	7/7/2022	1	0	0	1	1	210

Fonte: Coordenação de Relacionamento, Inteligência e Participação, da Diretoria Executiva de Comunicação e Mídias Digitais da Câmara dos Deputados (CORIP/DIREX)